



7 DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E ENGAJAMENTO DO CIDADÃO

A transparência na gestão pública, a otimização da aplicação dos recursos e a constante melhoria dos serviços prestados à população continuaram a ser a prioridade das ações desenvolvidas pelas unidades que compõem este eixo. Durante o ano de 2019, a prefeitura manteve a diretriz instituída deste o início da gestão, em 2013, de reduzir as despesas de custeio da máquina pública para investir mais no cidadão.

A capacitação de servidores e dirigentes públicos foi uma constante ao longo do período para ofertar, cada vez mais, um melhor desempenho na execução das atividades dos funcionários e um atendimento de qualidade em todas as esferas do serviço público municipal.

O Eixo Desenvolvimento Institucional e Engajamento do Cidadão é integrado pelo Gabinete do Prefeito (GABP), Gabinete do Vice-prefeito (GABVP), Casa Civil, Agência Reguladora e Fiscalizadora dos Serviços Públicos do Salvador (Arsal), Ouvidoria Geral do Município (OGM) e Controladoria Geral do Município (CGM) Procuradoria Geral do Município de Salvador (PGMS), Companhia de Governança Eletrônica do Salvador (Cogel) e pelas Secretarias Municipais da Fazenda (Sefaz), de Gestão (Semge) e de Comunicação (Secom).

GABINETE DO PREFEITO (GABP)

O Gabinete do Prefeito é responsável pelo planejamento, coordenação e execução da política de descentralização administrativa. Articula a execução de projetos e também responde pela edição e publicação de mensagens, decretos e leis aprovadas.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

Mensagens	21	Decretos Financeiros	813
Mensagem aditiva	02	Convênio de Cooperação Técnica	04
Vetos	22	Termos Aditivos aos Convênios	05
Leis Sancionadas	57	Termos de Acordo	03
Leis Complementares	01	Termo de Cooperação Técnica	01
Decretos Administrativos	124		

MENSAGENS ENVIADAS

- 01/19 Disciplina a locação de imóveis sob medida no âmbito da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, observadas as disposições da Lei nº 8.245/1991 e, no que couber, das Leis nº 12.462/2011 e nº 8.666/1993 e dá outras providências.
- 02/19 Altera a estrutura organizacional da Prefeitura Municipal de Salvador e dá outras providências.
- 03/19 Altera dispositivo da Lei nº 9.285, de 27 de outubro de 2017, com redação dada pela Lei nº 9.434, de 27 de dezembro de 2018, para prorrogar o prazo de adesão ao PLANO DE INCENTIVOS FISCAIS no âmbito DO PROGRAMA SALVADOR 360, na forma que indica.
- 04/19 Institui o Programa de Regularização Fundiária Urbana e estabelece normas e procedimentos aplicáveis ao Procedimento Administrativo de Regularização Fundiária Urbana.
- 05/19 Concede isenção do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS e da Taxa de Regulação, Controle e Fiscalização – TRCF na forma que indica.
- 06/19 Dispõe sobre o Sistema Único de Assistência Social – SUAS no Município de Salvador e dá outras providências.
- 07/19 Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2020 e dá outras providências.
- 08/19 Institui o Projeto Sempre Melhor, destinado ao fortalecimento da política de assistência social e à valorização e incentivo ao funcionamento das entidades da sociedade civil e dá outras providências.
- 09/19 Prorroga o abono mensal, dos Agentes de Suporte Operacional e Administrativo, em extinção, na área de qualificação de Suporte de Serviços de Copa e Cozinha e dos Profissionais de Atendimento Integrado na Área de Qualificação de Médico, com carga horária de 20 horas semanais, que percebem vencimento na tabela salarial de 20 horas, na forma que indica.
- 10/19 Institui o regime de previdência complementar de que tratam os §§ 14, 15 e 16 do art. 40 da Constituição Federal, no âmbito do Município de Salvador, Estado da Bahia, fixa o limite máximo dos benefícios previdenciários de aposentadorias e pensões concedidos pelo Regime de Previdência dos Servidores da Prefeitura de Salvador que trata o Artigo 40 da Constituição Federal e dá outras providências.
- 11/19 Disciplina a locação de imóveis sob medida no âmbito da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, observadas as disposições da Lei nº 8.245/1991 e, no que couber, das Leis nº 12.462/2011 e nº 8.666/1993 e dá outras providências.
- 12/19 Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito interna junto à Caixa Econômica Federal, no âmbito do Programa de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento e dá outras providências.
- 13/19 Dispõe sobre o Sistema de Controle Interno Integrado – SICOI, reestrutura a Controladoria Geral do Município de Salvador, institui o Programa Integrado de Residências em Saúde e o Programa Nossos Talentos e dá outras providências.
- 14/19 Institui o Programa de Parcelamento Incentivado (PPI), destinado a promover a regularização de créditos do Município, decorrentes de débitos tributários e não tributários, na forma que indica.
- 15/19 Institui o Condomínio de Lotes, altera e acrescenta artigos e quadros à Lei nº 9.148/2016 – LOUOS e dá outras providências.
- 16/19 Institui o Programa Nossos Talentos e dá outras providências.
- 17/19 Cria o Fundo Municipal do Trabalho, altera o Conselho Municipal do Trabalho, Emprego e Geração de Renda na forma que indica e dá outras providências.
- 18/19 Dispõe sobre a criação e delimitação da Área de Proteção de Recursos Naturais – APRN do Cidade Jardim/Santa Maria e dá outras providências.
- 19/19 Institui o Código Municipal de Vigilância em Saúde do Município de Salvador.
- 20/19 Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Salvador, para o exercício de 2020, e dá outras providências.
- 21/19 Altera dispositivos da Lei nº 7.186, de 27 de dezembro de 2006, Código Tributário e de Rendas do Município do Salvador, e dá outras providências.

LEI COMPLEMENTAR

72 08/10/2019 Dispõe sobre o Sistema de Controle Interno Integrado – SICOI, reestrutura a Controladoria Geral do Município de Salvador, institui o Programa Integrado de Residências em Saúde e dá outras providências. 09/10/2019

LEIS

9.438 14/01/2019 Altera o artigo 11 da Lei nº 8.553/2014, que dispõe sobre a arrecadação e a encampação de imóveis urbanos abandonados no Município de Salvador, e dá outras providências. 15/01/2019

9.444 12/04/2019 Altera a estrutura organizacional da Prefeitura Municipal de Salvador e dá outras providências. 13/04/2019

9.448 06/05/2019 Dispõe sobre a destinação de recursos dos orçamentos do Município, relativos ao exercício de 2019, às entidades de direito privado sem fins lucrativos que indica e dá outras providências. 07/05/2019

9.451 27/06/2019 Institui o Estatuto da Igualdade Racial e de Combate à Intolerância Religiosa no âmbito do Município de Salvador e dá outras providências. 28/06/2019

9.452 12/07/2019 Disciplina a locação de imóveis sob medida no âmbito da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, observadas as disposições da Lei nº 8.245/1991 e, no que couber, das Leis nº 12.462/2011 e nº 8.666/1993, e dá outras providências. 13/07/2019

9.453 17/07/2019 Prorroga o abono mensal dos Agentes de Suporte Operacional e Administrativo, em extinção, na área de qualificação de Suporte de Serviços de Copa e Cozinha e dos Profissionais de Atendimento Integrado na Área de Qualificação de Médico, com carga horária de 20 horas semanais, que percebem vencimento na tabela salarial de 20 horas, na forma que indica. 18/07/2019

9.462 29/07/2019 Dispõe sobre a obrigatoriedade de os postos de vendas de pneus receberem pneus usados (inservíveis), para serem retirados pelos respectivos fabricantes. 30/07/2019

9.477 29/08/2019 Concede isenção do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza ISS e da Taxa de Regulação, Controle e Fiscalização (TRCF), na forma que indica. 30/08/2019

9.480 03/09/2019 Dispõe sobre a igualdade de premiações, para homens e mulheres, nas competições e eventos esportivos realizados no Município de Salvador. 04/09/2019

9.488 03/10/2019 Dispõe sobre o Serviço de Transporte Individual Privado de Passageiros (STIP), não aberto ao público, e remunerado, para a realização de viagens individualizadas ou compartilhadas, solicitadas, exclusivamente, por usuários previamente cadastrados em aplicativos ou outras plataformas de comunicação em rede, no município de Salvador, e dá outras providências. 04/10/2019

9.490 08/10/2019 Institui o Programa de Parcelamento Incentivado (PPI), destinado a promover a regularização de créditos do Município, decorrentes de débitos tributários e não tributários, na forma que indica. 09/10/2019

9491 18/10/2019 Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito interna junto à Caixa Econômica Federal, no âmbito do Programa de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento, e dá outras providências. 19/10/2019

DECRETOS

30.776 01/02/2019 Dispõe sobre o funcionamento de comércio varejista aos domingos e feriados do ano de 2019. 01/02/2019

30.796 14/02/2019 Cria Comitê Gestor do PlanMob Salvador, destinado à implementação do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável de Salvador. 15/02/2019

30.799 14/02/2019 Institui a Comissão de Política Urbana do Município e estabelece o procedimento para a instituição de Transformação Urbana Localizada no Município. 15/02/2019

30.813 20/02/2019 Nomeia os membros do Conselho Municipal de Resiliência na forma que indica e dá outras providências. 21/02/2019

30.842 28/02/2019 Dispõe sobre a criação da Unidade de Execução Municipal UEM – PNAFM-III, em atendimento ao Programa Nacional de Apoio a Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros – PNAFM e dá outras. 01/03/2019

30.859 14/03/2019 Atualiza a composição do Decreto nº 29.563/2018 do Conselho Municipal de Salvador, na forma que indica. 15/03/2019

30.953 12/04/2019 Cria e delimita o Parque Natural Municipal Marinho da Barra e dá outras providências. 13/04/2019

30.995 02/05/2019 Institui a Política de Proteção aos Casarões do Centro Histórico, cria Grupo de Trabalho para sua implementação e dá outras providências. 03/05/2019

31.017 09/05/2019 Regulamenta o funcionamento do Fundo Municipal de Mobilidade Urbana – FMMU, e dá outras providências. 10/05/2019

31.067 24/05/2019 Institui o Comitê Municipal de Prevenção e Controle das Arboviroses. 25/05/2019

31.068 24/05/2019 Regulamenta a concessão e patrocínio pelo Poder Executivo Municipal a projetos privados, no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta e dá outras providências. 25/05/2019

31.168 27/06/2019 Estabelece critérios para Licenciamento nos TRECHOS 5 e 6 da Área de Borda Marítima (ABM) em consonância com a Lei nº 9.069 de 30 de junho de 2016/2016 (PDDU) e a Lei nº 9.148 de 08 de setembro de 2016. 28/06/2019

31.211 11/07/2019 Dispõe sobre os critérios adicionais de priorização para seleção dos beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV no âmbito da Prefeitura Municipal do Salvador e dá outras providências. 12/07/2019

31.232 16/07/2019 Regulamenta os procedimentos de saneamento do Cadastro, e dos créditos, tributários ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa, em cobrança administrativa ou judicial, e dá outras providências. 17/07/2019

31.267 25/07/2019 Declara arrecadado o imóvel que indica e que se encontra em situação de abandono nos termos da Lei nº 8.553, de 28 de janeiro de 2014, regulamentada pelo Decreto nº 25.922, de 30 de março de 2015. 26/07/2019

31.273 29/07/2019 Reajusta pelo IPCA-A o valor do auxílio mensal do Programa Primeiro Passo em conformidade com art. 5º da Lei nº 8.651/2014 que cria o Projeto Primeiro Passo; altera dispositivos do Decreto nº 25.822/2015 que regulamenta a Lei nº 8.651/2014, e dá outras providências. 30/07/2019

31.282 30/07/2019 Fixa remuneração da Função de Médico da Atenção Primária à Saúde (APS). 31/07/2019

31.299 02/08/2019 Atualiza a composição do Conselho Municipal do Meio Ambiente (COMAM) para o biênio 2019/2021, na forma que indica. 03/08/2019

31.338 09/08/2019 Cria Grupo de Trabalho para realização de estudo acerca da qualidade do ar e seus reflexos no Município de Salvador. 10/08/2019

31.339 09/08/2019 Institui o Programa "Prefeitura Tô na Área", na forma que indica. 10/08/2019

31.396 22/08/2019 Aprova o Loteamento Viver Salvador e dá outras providências. 23/08/2019

31.482 17/09/2019 Aprova o Regulamento do processo eleitoral para membros, representantes da sociedade civil, do Conselho Municipal de Política Cultural do Salvador, para o Biênio 2020/2021. 18/09/2019

31.583 09/10/2019 Regulamenta a Lei nº 9.490, de 08 de outubro de 2019, que institui o Programa de Parcelamento Incentivado (PPI) no Município de Salvador, e dá outras providências. 10/10/2019

31.684 30/10/2019 Autoriza a forma de pagamento dos tributos municipais e de outras receitas administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda, através de cartões de crédito ou débito, de acordo com o previsto no Art. 16 da Lei nº 7.186, 27 de dezembro de 2006, na forma que indica. 31/10/2019

CONVÊNIOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Convênio de Cooperação Técnica que entre si celebram o Município de Salvador e o Município de Camaçari.

Convênio de Cooperação Técnica celebrado entre os Poderes Executivo e Legislativo do Município de Salvador.

Convênio de Cooperação Técnica que entre si celebram o Estado da Bahia através da Secretaria da Educação e o Município de Salvador através da Secretaria Municipal da Educação (SMED).

Acordo de Cooperação Técnica e Científica que entre si celebram o Município de Salvador e o Centro Universitário de Salvador (UNICEUSA).

Termo de Acordo e Compromisso nº 01/2019, que celebram entre si o Município de Salvador através da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas (SEINFRA) e a Caixa Econômica Federal.

Acordo de Cooperação Técnica que entre si celebram a União, por meio do Ministério da Justiça e Segurança Pública e o Município de Salvador.

Termo de Cooperação Técnica que entre si celebram o Município de Salvador por intermédio da Casa Civil, e o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia – TCM-BA.

A prestação recíproca de colaboração técnica e administrativa mediante a cessão de servidores/empregados dos quadros de pessoal dos Convenentes.

A prestação recíproca de colaboração técnica e administrativa, observada as prescrições legais, previstas no Art. 53 da Lei Complementar Municipal nº 01/91, mediante a cessão de servidores/empregados dos quadros de pessoal dos Convenentes.

A colaboração técnica entre os respectivos quadros dos seus órgãos intermediários com o foco na disponibilização mútua de servidores.

Visa a realização de atividades acadêmicas em áreas de ocupação precária da Prefeitura-Bairro Subúrbio/Ilhas, especialmente naquelas porções caracterizadas por situação de risco com o objetivo de prevenir situações de riscos de desastres naturais e prover assistência às famílias de baixa renda que habitam as áreas de ocupação precária.

Envidar esforços para possibilitar a conclusão das obras de construção das unidades habitacionais e da infraestrutura do empreendimento Vila Solidária Mar Azul-Paripe Módulo I e Paripe Módulo II, no âmbito do Programa Crédito Solidário.

Estabelecer meios de integração de sistemas de Optical Character Recognition – OCR do Município de Salvador com o Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Realização de auditorias anuais no âmbito do Projeto Salvador Social referente ao Acordo de empréstimo nº 8818-BR, firmado entre o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD e o Município de Salvador.

GABINETE DO VICE-PREFEITO (GABVP)

O Gabinete do Vice-prefeito (GABVP) tem por finalidade promover a aproximação entre cidadãos e a prefeitura, atender às solicitações da população, principalmente dos que mais necessitam dos serviços e do amparo da gestão pública municipal. Também atua para fortalecer as atividades entre os órgãos da Prefeitura e representantes da sociedade civil.

ATENDIMENTO À POPULAÇÃO/ VEREADORES

Durante o ano, o GABVP recebeu demandas da população junto à Prefeitura, recepcionou solicitações encaminhadas pela Câmara Municipal, prestou atendimento aos representantes de associações, grupos culturais, organizações não governamentais, instituições e profissionais de segmentos diversos, buscando fortalecer os laços de confiança entre a população e o Município.

VISITA AOS BAIRROS/VISTORIAS E INAUGURAÇÕES DE OBRAS

A equipe do Gabinete do Vice-prefeito realizou visitas técnicas em diversos bairros do município de Salvador, para conhecer as necessidades e demandas da população. Também monitorou a execução de obras desde a sua Ordem de Serviço até a inauguração, intervindo quando necessário.

Durante o ano, a equipe participou de inaugurações, eventos, audiências e grupos de trabalho com moradores, percorreu comunidades, escolas, hospitais e associações culturais.

Em parceria com os Programas Tô na área, Morar Melhor e Iluminando Nosso Bairro a equipe da Vice-prefeitura realizou o acompanhamento das ações nas comunidades. Esses programas buscam melhorar a qualidade de vida da população através da execução de serviços urbanos e apoio social ao cidadão.

ATENDIMENTO E PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

O GABVP participou de eventos nacionais como o Juntos pelo Desenvolvimento Sustentável, realizado em Campinas (SP), e de internacionais, a exemplo da Missa de Ação de Graças a Santíssima Trindade pela Canonização de Irmã Dulce, realizado em Roma, na Itália.

A equipe da Vice-prefeitura também esteve presente em eventos locais voltados para a promoção de bem-estar social, cultura, saúde, educação e lazer em prol da população de Salvador.

OUVIDORIA GERAL DO MUNICÍPIO (OGM)

A Ouvidoria Geral do Município (OGM) tem por objetivo receber, encaminhar e acompanhar solicitação, sugestão, elogios e denúncias dos cidadãos relacionadas à prestação de serviços públicos municipais.

ATENDIMENTO AO CIDADÃO

Em 2019, a Ouvidoria Geral do Município deu continuidade às ações de melhorias dos seus serviços. Foi iniciado o processo de mudanças na Plataforma de Relacionamento com o Cidadão, o Fala Salvador, possibilitando integrações com os demais sistemas dos órgãos municipais.

A Coordenação de Monitoramento é responsável pelo acompanhamento rotineiro das solicitações encaminhadas via Fala Salvador, além das demandas baseadas na Lei de Acesso à Informação (LAI). Em 2019, foram cadastrados 901 registros baseados na LAI, dos quais 96% foram concluídos.

Durante o Carnaval foram efetuados 6.541 registros via portal Fala Salvador, Disque Salvador 156 e equipe itinerante. Em todas as situações, a OGM manteve contato imediato com os órgãos competentes, intermediando a solução dos problemas.

A OGM desenvolveu diversas parcerias com os demais órgãos e entidades municipais para reforçar o entrosamento e a padronização do atendimento. Exemplo desse trabalho são a Operação Chuva, Prefeitura-Bairro Itinerante, Tô na Área, Gabinete da Prefeitura em Ação, Morar Melhor, Minha Casa, Minha Vida, Primeiro Passo e Cadastro de Educação Infantil.

OUVIDORIA EM NÚMEROS

A Central Disque Salvador (156) atendeu 3.014.922 cidadãos nos últimos sete anos. Ao longo de 2019, foram 546.746 demandas. Outras 6.358.049 solicitações foram registradas via Fala Salvador, de 2013 a 2019. Deste total, 1.417.713 em 2019, um aumento de 23,5% em relação ao ano anterior. Esta ampliação das demandas é resultado das novas parcerias, ações, projetos, ofertas de novos serviços e ferramentas. A grande maioria das demandas, 72%, é realizada via presencial, enquanto 27% são feitas via call center.

COORDENAÇÃO DA REDE DE OUVIDORES

A rede de ouvidores é composta por 30 ouvidorias e 55 ouvidores, monitorada constantemente com o objetivo de aperfeiçoar cada vez mais o atendimento ao cidadão. Para informar sobre a importância da LAI (Lei Federal nº 12.527/2011) e apresentar as implicações para o município pelo não cumprimento da transparência passiva dentro dos prazos estabelecidos em Lei, foi promovida a palestra Acesso à Informação Pública: Desafios e Perspectivas. Os ouvidores participaram também do XXII Congresso Brasileiro de Ouvidores/Ombudsman Ouvidoria: O valor da Ouvidoria no fortalecimento da gestão.

PRECURSÃO E MONITORAMENTO

A Coordenação de Precursão e Monitoramento identifica as necessidades e dificuldades da população e inspeciona obras e intervenções. Em 2019, foram realizadas visitas técnicas a 163 bairros, que resultaram no mapeamento de ruas, vistorias de praças e equipamentos, mapeamento de 144 encostas, 82 escadarias e 70 campos e quadras.

Também foram percorridas as ilhas de Maré, dos Frades e Bom Jesus dos Passos para levantamento de manutenção e obras, além de apoio operacional no Carnaval das ilhas. Outra atividade desenvolvida durante o ano foi a mediação e diálogo com a população em audiências públicas.

A Precursão foi parte integrante dos principais programas da gestão, como o Tô na Área, Morar Melhor e Operação Chuva.

RELACIONAMENTO E ATENDIMENTO À COMUNIDADE

A OGM, através da Coordenadoria de Relacionamento e Atendimento à Comunidade (CRA), promoveu a

aproximação da administração pública municipal com a população soteropolitana. Em 2019, foram contatadas 839 pessoas no desenvolvimento das atividades de relacionamento com as comunidades através da realização de duas enquetes, cinco visitas técnicas, participação em oito eventos externos e 27 reuniões. Foram encaminhados 139 ofícios voltados ao atendimento às solicitações dos diversos serviços municipais.

COMUNICAÇÃO COM O CIDADÃO

A Coordenação de Comunicação reestruturou os canais de diálogo com o cidadão através das redes sociais – Facebook, Twitter, Instagram, do Portal OGM, do Boletim eletrônico, do Programa Fala Salvador e da Ouvidoria Itinerante.

OUVIDORIA ITINERANTE

A Ouvidoria esteve presente nas 48 edições da iniciativa Prefeitura-Bairro Itinerante, ocasião em que registrou 2.050 solicitações entre informações e serviços da prefeitura municipal.

DIRETORIA GERAL DAS PREFEITURAS-BAIRRO (DGPB)

Vinculada ao Gabinete do Prefeito, a Diretoria Geral das Prefeituras-Bairro (DGPB) responde pela gestão das demandas das comunidades junto ao poder municipal. É formada por 10 Prefeituras-Bairro distribuídas nas regiões administrativas de Salvador: Centro/Brotas, Subúrbio/Ilhas, Cajazeiras, Itapuã/Ipitanga, Cidade Baixa, Barra/Pituba, Liberdade/São Caetano, Cabula/Tancredo Neves, Pau da Lima e Valéria.

ATENDIMENTOS

Desde sua implantação, em 2014, as Prefeituras-Bairro já receberam mais de sete milhões de demandas. Durante o ano, foram realizadas 1.138.269 solicitações. Entre os serviços mais procurados estão SalvadorCard, Bolsa Família, marcação de consultas e exames, medicamentos, pesquisa de emprego (SIMM), Cartão Sus, Biometria, agendamento Primeiro Passo, verificação de sorteados – Minha Casa, Minha Vida e Balcão de Justiça.

GABINETE DA PREFEITURA EM AÇÃO

Para promover uma maior aproximação com a população, o Programa transfere a sede do gabinete da prefeitura para uma regional administrativa com foco em execução de serviços, monitoramento das demandas e diálogo com a comunidade. São realizadas atividades, como assinaturas de ordens de serviços, entrega de obras e equipamentos públicos, encontros com conselheiros comunitários e vistorias de obras.

PREFEITURA-BAIRRO ITINERANTE

O programa consiste na articulação e reunião de diversos órgãos municipais para a execução de serviços como Bolsa Família, Minha Casa, Minha Vida, Primeiro Passo, além de serviços de saúde como consultas médicas e vacinação em localidades mais afastadas dos bairros. Em 2019, o total de atendimentos foi de 44.088.

PROGRAMA TÔ NA ÁREA

Criado em agosto, através do Decreto nº 31.339/2019, o programa tem o objetivo de desenvolver ações in loco, facilitar o acesso aos serviços municipais e assegurar a participação da comunidade na gestão pública. Ao longo do ano, foi executado em 11 bairros e incluiu vistorias, inaugurações, além de assinatura de ordens de serviços.

CONSELHEIROS COMUNITÁRIOS

Em 2019, foi realizado o 1º Seminário para Conselheiros Comunitários. O evento proporcionou aos 100 Conselheiros de Salvador uma visita guiada à construção do Novo Centro de Convenções Municipal e ao Centro de Comando e Controle da Defesa Civil (CEMADEC) e treinamento sobre análise e percepção de riscos de áreas vulneráveis.

Os Conselhos Comunitários são órgãos colegiados de caráter consultivo, constituídos um para cada Prefeitura – Bairro. Têm a finalidade de tornar os cidadãos parte ativa da gestão municipal, mediante a identificação das prioridades e da fiscalização das obras e serviços públicos municipais.

AMPLIAÇÃO DE SERVIÇOS – PARCERIAS

Em 2019, a DGPB ampliou a prestação de serviços à população através de parcerias com entidades públicas e privadas externas. Em articulação com o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) foi lançado o caminhão da Biometria que realizou mais de 400 atendimentos itinerantes às comunidades de Salvador. Outra parceria foi firmada com a empresa Ferreira Costa. A iniciativa resultou na capacitação de 300 pessoas em serviços como pintura e preparação de superfícies.

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO (CGM)

A Controladoria Geral do Município (CGM) tem por finalidade planejar, coordenar e executar políticas, diretrizes, normas, ações e providências relacionadas à defesa do patrimônio público, ao controle interno, à auditoria pública, à correição, à prevenção e combate à corrupção e ao incremento da transparência da gestão no âmbito da administração municipal.

CONTROLE INTERNO

Em 2019, a Controladoria avaliou 1.061 processos de prestação de contas de recursos transferidos a terceiros por meio de convênios, adiantamentos e diárias. Foram adotadas providências, alinhadas às determinações do Tribunal de Contas do Município (TCM), que resultaram no recolhimento de 15 multas e três ressarcimentos, no valor total de R\$ 110.577,81.

MELHORIA NA APLICAÇÃO DOS GASTOS PÚBLICOS

Para avaliar os resultados da gestão orçamentária, financeira e patrimonial dos órgãos e entidades municipais, e disponibilizar aos gestores públicos informações tempestivas à tomada de decisão, a CGM analisa os resultados da Gestão Municipal, considerando os aspectos da execução das despesas e receitas e da gestão fiscal de cada exercício financeiro.

Em 2019, foram desenvolvidas ações para melhoria da aplicação dos gastos públicos e do acompanhamento do desempenho fiscal, além de monitoramento dos gastos através do Observatório da Despesa Pública (ODP).

DESEMPENHO FISCAL E INDICADORES DE GASTOS PÚBLICOS

Durante o ano, o desempenho fiscal, com análises mensais dos dados sobre a execução da receita e dos

gastos públicos, foi monitorado e confrontado com o exercício anterior. A iniciativa permitiu uma avaliação da gestão orçamentária, financeira e patrimonial e a elaboração de relatórios gerenciais.

No acompanhamento dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, também realizou o monitoramento do Limite da Despesa de Pessoal. Foram examinados 53 processos administrativos.

OBSERVATÓRIO DA DESPESA PÚBLICA

Foi criado em 2019, o Observatório das Despesas Públicas Municipais (ODP-SSA), destinado à geração de informações estratégicas e de conhecimento sobre as despesas públicas. A medida permite incrementar ações voltadas ao monitoramento das despesas e à prevenção de desvios e desperdícios. O ODP-SSA, em agosto, obteve certificação junto à Rede ODP Nacional da qual participam órgãos de Controle Interno e Externo da União, Estados, Distrito Federal e Municípios e que tem por objetivo o intercâmbio de metodologias, informações e tecnologias, entre estes entes, de forma a otimizar as ações de controle da despesa pública.

A ODP iniciou estudos específicos e a construção de trilhas de auditorias para o monitoramento de Benefícios Sociais (Auxílio Moradia), Compras, Pessoal, Contribuição previdenciária (Grau de Incidência de Incapacidade Laborativa decorrentes de Riscos Ambientais do Trabalho – GILRAT).

AUDITORIA

Em 2019, entre as auditorias concluídas estão as realizadas na SEMPRES e na SMS, no âmbito do Projeto Salvador Social (PSS). A medida teve o objetivo de apoiar e orientar quanto ao cumprimento dos procedimentos legais que disciplinam a execução do gasto público. As auditorias resultaram em REAUDs e recomendações para propiciar o aperfeiçoamento dos controles existentes e adoção de um plano de ação.

Também foram desenvolvidas atividades de auditoria em processos de precatórios com o objetivo de verificar a adequada contabilização, inclusão no orçamento, a observância à ordem cronológica de pagamento, a metodologia de cálculo e, sobretudo, o exame dos valores devidos pela Prefeitura e calculados pelo Núcleo Auxiliar de Conciliação de Precatórios do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJ-BA). O REAUD expedido apontou para um cálculo a maior em desfavor do Município da ordem R\$ 3.310.874,94, o que levou a CGM a recomendar à PGMS providências para corrigir os erros de cálculo cometidos pelo NACP/TJ-BA.

Em relação aos pareceres técnicos e à análise dos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro dos diversos contratos celebrados pela municipalidade, foram avaliadas as alterações solicitadas pelos contratados, em planilhas de custo e formação de preços, em função de reajustes, revisões e repactuações contratuais, além das justificativas apresentadas pelos contratados aos questionamentos da auditoria, resultando em pareceres que apontam uma potencial economia para a PMS de aproximadamente R\$ 7 milhões.

As atividades de auditoria realizadas em 2019 permitiram o ressarcimento/economia/redução de despesa nas contratações públicas de cerca de R\$ 10 milhões.

TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL

A CGM mantém controle sistemático do fluxo de informações publicadas no Portal Transparência Salvador e atua na melhoria do conteúdo e da acessibilidade deste canal de interação com a sociedade para assegurar o direito à informação.

Durante o ano, foram intensificadas as ações do projeto “A Cidade Somos Nós”, com a realização de oficinas, em parceria com a SMED, sobre cidadania, transparência e controle social. Mais de 1.500 alunos dos anos finais do ensino fundamental participaram da iniciativa que, desde seu lançamento, em 2017, já contemplou cerca de 4.500 alunos. O projeto realizou também a 2ª edição do concurso de Expressão Literária e Protagonismo Cidadão, com o tema Cidadãos conscientes e atuantes constroem juntos uma cidade melhor. Os alunos inscritos concorreram nas modalidades Auditoria Cidadã e Transparência em Cordel.

A Controladoria exerce ainda o monitoramento dos pedidos de informação dirigidos aos órgãos e entidades da administração pública (Transparência Passiva), para assegurar o trâmite dentro dos prazos e das condições determinadas pela Lei de Acesso à Informação. Durante o ano, foram registrados e atendidos 185 pedidos de informação.

AÇÕES CORRECIONAIS

A Controladoria Geral do Município (CGM) desenvolve atividades voltadas ao monitoramento das ações correicionais. Dentre as ações desenvolvidas ao longo do ano estão o acompanhamento do recadastramento anual de servidores, do trâmite dos processos autuados pelo TCMBA e a coordenação, junto aos órgãos municipais, das ações de apuração dos indícios de irregularidades por parte de servidores da Prefeitura Municipal de Salvador, notificados pelo TCMBA por meio do Edital nº 511/2019.

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DO SALVADOR (PGMS)

A Procuradoria Geral do Município do Salvador (PGMS) é responsável pela representação judicial do Município na defesa de seu patrimônio, de seus direitos e interesses. Além disso, presta assessoramento jurídico aos órgãos e entidades da administração.

COORDENADORIA DAS REPRESENTAÇÕES (COREP)

A PGMS, sob a organização da Coordenadoria das Representações (COREP) examinou 9.329 processos em 2019. Deste total, 3.345 foram da SMS, 1.018 da Semge, 807 da SMED, 687 da Sedur, 678 da Corep, 640 da Semop, 478 da Sefaz, 315 do GABP, 303 da Seman, 295 da Seinfra, 238 da Casa Civil, 198 da Sempre, 95 da Semob, 78 da Semur, 56 da Secult, 52 da Secis, 38 da SPMJ e 8 da Semtel.

PROCURADORIA CÍVEL, ADMINISTRATIVA E TRABALHISTA – PROCAT

O PROCAT reúne as Procuradorias Especializadas Judicial Trabalhista (EJUTR) e a Civil Administrativa (EJUCA). Em 2019, a EJUTR participou de 885 audiências, recebeu 2.986 notificações, citações ou intimações e realizou 392 contestações. Já a EJUCA recebeu 19.646 notificações, citações ou intimações, registrou 17.963 petições e 2.919 ofícios.

PROCURADORIA DO MEIO AMBIENTE, PATRIMÔNIO, URBANISMO E OBRAS - PROAPO

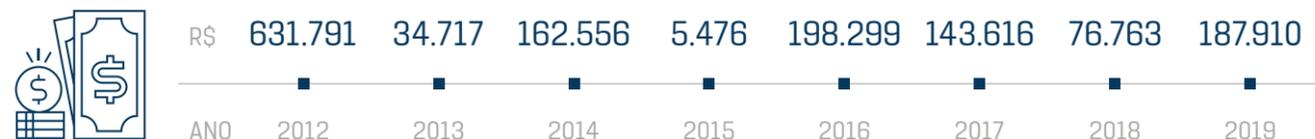
A Procuradoria do Meio Ambiente, Patrimônio, Urbanismo e Obras (PROAPO) contabilizou 2.003 processos, dos quais 1.152 referentes à área especializada administrativa e 851 à especializada judicial.

PROCURADORIA FISCAL (PROFI)

A Procuradoria Fiscal (PROFI) registrou a tramitação de 12.190 processos na Execução e de mais 1.273 na Chefia Especializada Judicial. Foram ainda 3.848 processos administrativos recebidos e 4.878 processos administrativos enviados.

DÍVIDA ATIVA (CDA)

Aproximadamente 20.622 contribuintes foram atendidos em 2019. Com valor total corrigido de R\$ 20.881.179.508,53, a Dívida Ativa possui 418.105 inscrições com débitos tributários ou não tributários. Em 2019, foram inscritos 187.910 créditos, considerando cada lançamento contábil devido por cada contribuinte.



Foram ajuizados 25.848 débitos que, somados, totalizaram R\$ 154.817.166,52 e representaram um montante de 4.601 execuções judiciais. A recuperação dos débitos contabilizada atingiu R\$ 78.074.205,78. Por prescrição, foram baixados débitos no valor total de R\$ 191.419.393,44.

INDICADORES DA DÍVIDA ATIVA

INDICADOR	QUANTIDADE	VALOR (R\$)
Ajuizados	25.848	154.817.166,52
Ações Judiciais	4.601	154.817.166,52
Inscritos	187.910	765.119.099,42
Estoque/Créditos	418.105	20.881.179.508,53
*Arrecadação	-	8.074.205,78
Prescritos	63.259	191.419.393,44
Exclusão de Encargos	371	15.189.880,76
Cancelados/Anulados	3.900	22.347.287,41
Compensados	86	142.372,17
Contribuintes atendidos na DA	20.662	

Autor: NTI/PGMS em 03/10/2019

*A arrecadação foi fornecida pela SERCO/CCT/Sefaz.

Fonte: Sistemas de AI, NFL, SAT Dívida Ativa e SGA Livre.

Com relação aos processos de compensação tributária, foi registrada a baixa de débito de R\$ 142.372,17, considerando todos os sistemas da Dívida Ativa (SAT/DAT, AI e NFL), muito em razão do número de ações judiciais determinando a compensação de débitos.

Em 2019, o número de débitos protestados aumentou em relação ao ano anterior. A maioria dos contribuintes efetua o parcelamento do pagamento dos débitos protestados, o que gera a expectativa de recebimento futuro.

Montante Negociado**Pagos no Cartório**

R\$

39.337,74

JAN/2019

123.239,21

FEV/2019

88.860,38

MAR/2019

5.696,48

ABR/2019

202.655,48

MAI/2019

213.078,55

JUN/2019

326.754,98

JUL/2019

98.053,64

AGO/2019

51.161,39

SET/2019

Negociados após protesto

R\$

1.256.624,93

922.427,74

1.380.467,15

194.726,90

773.811,67

699.289,58

537.305,24

439.438,11

188.509,87

Período

01/01/2019 até 31/09/2019

Total de Pagamentos no Cartório

R\$ 1.148.837,85

Total de Negócios após Protesto

R\$ 6.392.601,15

Fonte: Sistema de Protesto em Cartório (SPC), em 08/10/2019

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO (SECOM)

A Secretaria de Comunicação Social (Secom) é responsável pela elaboração de campanhas publicitárias, assessoria de comunicação institucional, internet e elaboração de produtos de divulgação da Prefeitura. Também coordena as assessorias de comunicação dos diversos órgãos e entidades da administração e as informações publicadas na Agência de Notícias do Município (www.agenciadenoticias.salvador.ba.gov.br).



Campanha - SECOM

JORNALISMO

A Secom manteve durante o ano a divulgação de ações, realizações da prefeitura, atendeu às demandas da imprensa, elaborou e editou cadernos especiais com conteúdos de interesse do Município.

Também foi responsável pela redação e edição do Guia do Carnaval, pela produção da Revista Salvador no Clima, com textos em português, inglês e espanhol, durante a Semana Latina-Americana e Caribenha sobre mudanças climáticas, além da revista sobre o novo Centro de Convenções.

Também organizou e coordenou as entrevistas coletivas do prefeito, enviou sugestões de pautas, notas exclusivas, fotos, artigos e vídeos para os principais jornais do país como Folha de S.Paulo, O Estado de S. Paulo, O Globo e Valor Econômico, além de encaminhar sonoras e imagens de cobertura (material audiovisual) para as emissoras de televisão locais e de outros estados.

A Agência de Notícias Salvador atingiu 1.900 inscritos em 2019, entre veículos de comunicação e jornalistas locais, nacionais e internacionais, um crescimento de 32% em relação a 2018.

Durante o ano, o Programa Alô Salvador, um informativo semanal de dois minutos, continuou a ser veiculado nas principais emissoras de rádio da capital baiana uma vez na semana.

Também foi responsável pela redação e edição do Guia do Carnaval, pela produção da Revista Salvador no Clima, com textos em português,

INTERNET E REDES SOCIAIS

As redes sociais da Prefeitura, em 2019, se consolidaram como um canal de comunicação entre a gestão e o cidadão, atingindo mais de 90 mil seguidores em todas as redes sociais desde o início do ano.

Para potencializar o trabalho de comunicação digital, foi contratada a ferramenta de monitoramento Stilingue, que permitiu gerar relatórios temáticos sobre a percepção da população em relação a determinados assuntos, como o BRT, Vem Pro Centro, Operação de Limpeza das Manchas de Óleo, Carnaval e outros temas.

Foi implantado, em 2019, o projeto Direto com o Cidadão, que efetua disparos com mensagens de utilidade pública via SMS e WhatsApp. Para organizar o banco de dados, mais de dois milhões de contatos de todas as secretarias do município foram inseridos num CRM (Ferramenta de comunicação que gerencia o relacionamento com o cliente), permitindo o cruzamento de informações e a segmentação de públicos para distribuição de conteúdos de forma mais assertiva.

Durante o ano, diversos projetos resultaram na criação de sites e hotspots, todos planejados e executados pela Diretoria de Comunicação Digital/Secom, em parceria com a Cogel.

Exemplos desse trabalho são o Festival da Virada, Maratona de Salvador, Vem Pro Centro, Carnaval, Festival da Primavera e Salvador Social.



PROPAGANDA E PUBLICIDADE

A área de Publicidade e Propaganda desenvolveu, em 2019, campanhas focadas em veículos de comunicação, tais como revista, jornal, outdoor, rádio e televisão. Também produziu material de suporte às campanhas específicas da prefeitura como folhetos, cartazes, painéis e banner.

Dentre as atividades de planejamento, estratégia, execução e acompanhamento fez a gestão dos contratos com as agências de propaganda e publicidade, elaborou briefings e acompanhou a criação e aprovação das campanhas e de peças avulsas das secretarias, órgãos, autarquias e empresas públicas municipais. Efetuou ainda a análise de resultados e a gestão orçamentária das campanhas.

Ao longo de 2019, foram realizadas 133 campanhas, das quais 40 de saúde, 27 de ação social, 14 de cultura, 12 de infraestrutura, 11 de trânsito, nove institucionais, sete de educação, cinco de turismo e lazer, quatro voltadas à educação tributária e outras quatro relacionadas à mobilidade urbana.

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO (SEMGE)

A Secretaria Municipal de Gestão (SEMGE) tem a finalidade de otimizar os recursos logísticos e de tecnologia de informação e comunicação, promover a modernização e a inovação da gestão municipal, desenvolver a política de recursos humanos e gerir a previdência dos servidores públicos municipais.

CONECTA SALVADOR

O projeto, lançado em 2017 e que integra o programa Salvador 360 no Eixo Cidade Inteligente, atingiu 86 mil usuários cadastrados em 2019, quando passou a ser disponibilizado em 38 locais entre praças, largos e pontos turísticos de grande circulação, além de eventos como Lavagem do Bomfim, Festa de Iemanjá, Carnaval e Festival da Virada Salvador.

Durante o Carnaval 2019, houve uma ampliação na cobertura do sinal Wi-fi nos circuitos, com a instalação de mais de 100 antenas em pontos estratégicos. Como resultado, ocorreram mais de 130 mil acessos 790 gigabytes de dados trafegados no período.

INOVAÇÃO DA GESTÃO

O Pitch Salvador realizou chamamento público que resultou na seleção de 17 projetos de um total de 56 inscrições. O projeto integra o Eixo Cidade Inteligente do Programa Salvador 360 que foi iniciado em 2018, com o objetivo de ampliar a interação entre startups e o poder público e promover inovação na gestão. Esta primeira seleção buscou atender aos 37 desafios das secretarias da Saúde, da Educação e da Promoção Social e Combate à Pobreza. Foram desenvolvidos 14 projetos com a colaboração das equipes técnicas. As startups concluintes se encontram na etapa de certificação de capacidade técnica e viabilização de contratação de algumas destas soluções inovadoras.

PROCESSO ELETRÔNICO

Em 2019, a Semge deu prosseguimento ao projeto de automação, através da ferramenta Business Process Management (BPMS), implantada em 2018, que tem por objetivo promover a sistematização integral dos processos organizacionais e administrativos da gestão municipal para garantir eficiência e desburocratização das demandas.

MODELO DE TELEFONIA

Implantado desde 2017, o novo modelo de gestão e controle de telefonia busca promover o uso racional dos serviços de telefonia da Prefeitura. Em 2019, o projeto alcançou a

adesão de 97% dos órgãos e entidades municipais. Além de criar a normatização do controle das ligações originadas, foram realizados treinamentos dos servidores do município. A redução obtida atinge R\$ 2 milhões ao ano.

PONTO ELETRÔNICO

O projeto de Ponto Eletrônico foi implantado em 11 órgãos com 927 relógios instalados. A iniciativa busca modernizar o controle de frequência dos servidores, além de possibilitar a integração de dados e a redução de erros.

COMITÊ MUNICIPAL DE TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

O Comitê Municipal de Tecnologia e Inovação (CMTI) conta com dois grupos de trabalho e, em 2019, concebeu o Portal CMTI, realizou 10 reuniões ordinárias, fez duas recomendações, deliberou quatro Termos de Referência para ajustes, concedeu 38 pareceres favoráveis, contabilizando cerca de R\$ 151 milhões em contratações de TIC.

OUTSOURCING DE IMPRESSÃO

Para substituir o parque de impressoras próprias e locadas da PMS, foi implantado, no primeiro quadrimestre de 2018, o Outsourcing de Impressão. Desde sua implementação, foram contratados 653 equipamentos, que atendem 30 unidades da Prefeitura.

GESTÃO DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

O novo Sistema de Gestão da Estrutura Organizacional (SIGEO) tem por objetivo centralizar as informações e histórico da estrutura organizacional da Prefeitura Municipal de Salvador. Durante o ano, foi iniciada a fase de cadastro e conferência das estruturas e regimentos vigentes, com liberação para uso em 2020.

REFORMA ADMINISTRATIVA

Em 2019, foram publicadas a Lei nº 9.444, de 12 de abril de 2019, que alterou a estrutura organizacional de 12 (doze) órgãos públicos municipais, e a Lei Complementar nº 072, de 08 de outubro de 2019, referente ao Sistema de Controle Interno Integrado, reestruturação da Controladoria Geral e criação do Programa Integrado de Residência em Saúde.

Também foi elaborado e encaminhado à Câmara Municipal, o Projeto de Lei que trata sobre o Programa Nossos Talentos. A proposta prevê a ocupação de cargos comissionados exclusivamente por egressos do Programa de Estágio do Município para promover a valorização de estagiários.

MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DE PESSOAS

A evolução do Sistema Integrado de Gestão de Pessoas (SIGP), com a implantação do módulo de Folha de Pagamento possibilitou a redução do tempo de processamento da folha, de 72 para menos de três horas. O novo sistema conta ainda com os módulos Recrutamento e Seleção, Recursos Humanos (Gestão do Estágio Probatório) e o Portal de Serviços do Servidor Municipal. Ainda em 2019 foi concluída a integração com o Sistema Integrado de Gestão Financeira (SIGEF) e o desenvolvimento dos módulos de Gestão de Plano de Saúde, Gestão da Junta Médica, Gestão de Bolsa de Estudos e de melhorias para implantação das funcionalidades da Folha de 13º Salário, da Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte (DIRF), da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Informe de Rendimento e do e-Social.

RECADASTRAMENTO DO SERVIDOR

O projeto de recadastramento mensal de servidores teve continuidade durante o ano e alcançou 17.510 servidores recadastrados. A iniciativa visa manter atualizado os

dados cadastrais e funcionais de servidores públicos e empregados ativos na PMS. O processo é realizado eletronicamente, no mês de aniversário do servidor, através do Sistema de Atualização Cadastral.

EDUCAÇÃO CORPORATIVA



Em 2019, foram capacitados 2.762 servidores municipais, dos quais 1.445 em competências essenciais, 806 em competências técnicas e 511 em competências estratégicas. Dentre as principais capacitações estão os cursos de Educação Profissional em Gestão e Modelagem de Projetos, de Contrato de Gestão com Organizações Sociais, de Habilidades Interpessoais e Oratória e o Programa de Liderança Exponencial.

Além das capacitações, foi realizado o 3º Encontro

Desenvolvendo Lideranças de Alta Performance, com a participação dos secretários, gestores, dirigentes do município e mais de 700 servidores. Outras 60 turmas participaram de cursos em ações sistêmicas de educação corporativa a exemplo da capacitação de agentes de salvamento aquático, do programa permanente de capacitação em TI, do desenvolvimento de gestores das

(SIGP), acompanha e verifica as atividades realizadas pelos servidores em estágio probatório. A gestão de desempenho foi efetuada na SMS, SMED, Casa Civil, GCM, Sefaz, Transalvador, PGMS, Semge, Sempre, totalizando 678 avaliações, das quais 353 finalizadas.

CONCURSO PÚBLICO E PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

Com 368 vagas, distribuídas em 17 cargos e 12 áreas, o concurso público para a Prefeitura de Salvador foi dividido em três editais. O primeiro deles foi destinado à seleção de professores. O segundo edital fez a seleção para os cargos de guarda civil municipal, agente de trânsito, agente de fiscalização e agente de salvamento aquático (salva-vidas). Já o terceiro foi destinado aos cargos de médico, engenheiro civil, fiscal de serviços municipais, engenheiro eletricista, engenheiro/arquiteto, psicólogo, gestor público, médico perito, médico do trabalho, técnico de enfermagem do trabalho e técnico em segurança do trabalho.

Os novos postos de trabalho representaram um investimento de R\$ 23,3 milhões para reforçar as áreas estratégicas e prioritárias do serviço público municipal. As vagas foram oferecidas para os níveis médio, técnico e superior, com carga horária entre 20h e 40h semanais e vencimentos iniciais de R\$ 2.147,85 até R\$ 11.484,19. O processo de seleção durou cinco meses.

Além do provimento de cargo efetivo, através do concurso, a gestão realizou processos seletivos simplificados para Regime Especial de Direito Administrativo (REDA) direcionados para Operação Carnaval, somando mais de 300 vagas temporárias.

PORTAL PARA UNIVERSIDADE

O programa beneficiou 156 servidores em 2019. A iniciativa foi criada com o objetivo de gerar novas oportunidades e o acesso ao ensino superior. Ao longo do ano foi investido R\$ 1 milhão em capacitação e aperfeiçoamento de servidores e empregados municipais.

Prefeituras Bairros, da capacitação em higienização nos Serviços de saúde, das oficinas de desenvolvimento de lideranças da Transalvador e das oficinas de acolhimento de profissionais da assistência social REDA.

GESTÃO DO DESEMPENHO

A Comissão Central de Avaliação Especial de Desempenho, através do Sistema de Gestão de Pessoas

PLANO DE SAÚDE E ODONTOLÓGICO

Um novo edital para credenciamento dos planos de saúde e odontológico permitiu a continuidade do benefício aos servidores públicos municipais ativos e inativos, empregados de empresas públicas, conselheiros tutelares, além dos servidores em Regime Especial de Direito Administrativo (REDA) e dependentes. Em 2019, foram assistidas 27.600 pessoas.

AUDITORIA DOS BENEFÍCIOS DE PENSÃO POR MORTE

Para garantir a integridade dos benefícios mantidos pelo FUMPRES, a Diretoria de Previdência elaborou um plano de controle e auditoria contínua, cuja primeira etapa envolveu a análise de pensões por morte. O projeto gerou, em um ano, economia bruta de R\$ 1,53 milhão.

RECADASTRAMENTO PREVIDENCIÁRIO

O cadastramento permanente dos aposentados e pensionistas no mês de aniversário busca qualificar o banco de dados e as informações previdenciárias dos segurados do Fundo Municipal de Previdência do Servidor (FUMPRES). Desde o início do projeto, em 2017, foram realizados quase 18 mil cadastramentos previdenciários, permitindo a formação de um banco digital para a gestão dos benefícios e processo de auditoria, além da integração com outros projetos, como as auditorias de benefício e a gestão de desempenho.

O cadastramento alcança uma taxa de alteração cadastral superior a 94%, dentre os 10.803 mil benefícios previdenciários do FUMPRES, sendo mais de 7,3 mil aposentadorias e mais de 3,4 mil pensões por morte.

GESTÃO FINANCEIRA PREVIDENCIÁRIA

Os dados financeiros do FUMPRES de 2019 mostram crescimento na receita por compensação previdenciária.

O resultado equivale a 71,1% de toda a receita registrada deste grupo no ano de 2018. Esta situação se deve às práticas de gestão previdenciária adotadas, voltadas para otimizar os gastos previdenciários e os administrativos, bem como potencializar a capacidade de arrecadação do Fundo.

COMPRAS PÚBLICAS

Uma série de iniciativas de controle contribuiu para a redução do tempo médio de 196 dias úteis, em 2017, para 78 dias úteis, em 2019, no processamento dos procedimentos licitatórios. Em 2019, foram realizados cerca de 340 pregões eletrônicos.

FROTA EFICIENTE

De fevereiro a agosto de 2019, foi realizada a renovação da frota de veículos locados, nas categorias administrativo, utilitários e operacionais, com a atualização e substituição de 733 automóveis e economia global de R\$ 4,6 milhões.

Além da frota locada, o Município conta ainda com o projeto Prefeitura Vai de Táxi, implementado em 2017, que realiza os deslocamentos de servidores em atividades administrativas.

MODERNIZAÇÃO DOS CONTRATOS

A área de contratos atingiu, em 2019, a marca de 89 novos contratos formalizados, 97 prorrogações, 16 repactuações, 1.856 Notas Fiscais recepcionadas, 11 Termos de Referência elaborados, 20 notificações realizadas e seis Processos de Penalidade abertos.

Semestralmente é realizado um estudo técnico das necessidades orçamentárias para os contratos sistêmicos, no âmbito do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF) para promover ajustes nos cronogramas de desembolso dos contratos sistêmicos e monitorar a execução destes.

COMPANHIA DE GOVERNANÇA ELETRÔNICA DE SALVADOR (COGEL)

A Cogel tem por finalidade desenvolver e ampliar a oferta de soluções tecnológicas para a população e para a administração municipal.

SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)

Em 2019, a Cogel deu continuidade às ações voltadas à melhoria do planejamento, gestão, supervisão e execução dos serviços e benefícios do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Foram especificados os itens tecnológicos para a operacionalidade das unidades dos Centros de Referência e Assistência Social (CRAS), e implantado o banco de dados da primeira fase do Sistema.

APLICATIVO CLIMATE WEEK

O aplicativo Climate Week foi desenvolvido, de acordo com a especificação da Organização das Nações Unidas (ONU), em português, inglês e espanhol, para divulgar e fornecer informações úteis aos visitantes sobre a cidade e a Semana do Clima 2019, ocorrida em Salvador, de 19 a 23 de agosto.

A ferramenta possibilitou, ao participante do evento, obter informações sobre transporte, hospedagem, pontos turísticos, moeda, caixas eletrônicos, clima, língua, padrão de aparelhos elétricos, consulados, emergência, mapa do evento, cultura, localização, entre outras. Também coube à Cogel implantar a infraestrutura para conectividade com e sem fio no local do evento.

ELEIÇÕES DO CONSELHO TUTELAR

A Cogel planejou, desenvolveu o sistema de apuração, forneceu a infraestrutura adequada e acompanhou o processo eleitoral do Conselho Tutelar 2019, junto ao Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TRE). Dentre as funcionalidades do sistema, estão o cadastramento, a digitalização e a publicação dos boletins de urna, a divulgação, em tempo real, do resultado parcial e total da apuração dos votos, além da disponibilização de consulta por candidato, fornecendo o Mapa Eleitoral por Prefeitura-Bairro e o total de votos por candidato em cada seção.

Foram treinados e capacitados 28 técnicos da Cogel, que realizaram a manutenção da infraestrutura e do sistema de gestão da apuração, a partir dos dados capturados das 380 urnas eletrônicas distribuídas em 74 pontos da cidade. Mais de 163 mil votos foram computados durante a eleição dos Conselheiros Tutelares de Salvador. O serviço de transmissão permitiu à comunidade acompanhar a contagem e apuração dos votos.

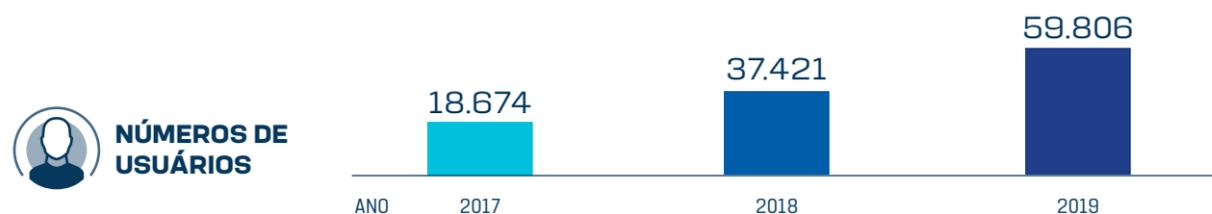
CARNAVAL

Para atender a todas as demandas da Operação Carnaval 2019, a COGEL contou com 62 profissionais dedicados às ações de planejamento, execução das atividades de caráter logístico, administrativo e técnico. A equipe alocada na Operação Carnaval foi distribuída conforme a estrutura definida para a gestão e execução da Operação.

TRANSMISSÃO DE DADOS E CONECTIVIDADE

No Carnaval de 2019, a Cogel prestou os serviços de transmissão de dados, acesso à internet, telefonia VOIP e transmissão de imagens. Também foram desenvolvidos e disponibilizados vários sistemas e aplicativos que apoiaram os serviços dos órgãos e entidades municipais que atuam no evento.

A rede Conecta Salvador teve um total de 410.530 acessos, efetuados por 59.806 usuários. Nos três últimos carnavais, a quantidade de usuários que acessou a rede apresentou crescimento, conforme demonstrado no gráfico a seguir:



ACESSOS E REGISTROS AO SISTEMA BADAUÊ, PORTAIS, SITES E APLICATIVOS



Foram instalados equipamentos distribuídos ao longo da Infovia, permitindo a ativação de 24 pontos de abertura com a finalidade de atendimento aos Postos de Observação, utilizando os serviços de Wi-fi, videomonitoramento e o Sistema Badauê. Links de dados foram disponibilizados, para 35 Postos de Observação dos órgãos e entidades da Prefeitura Municipal de Salvador.

Em 2019, para a melhoria da gestão dos desfiles das atrações ao longo dos circuitos do Carnaval, foram instaladas oito câmaras de videomonitoramento nos Circuitos Dodô e Osmar para apoiar a Salturna e a Guarda Municipal no registro e acompanhamento das ocorrências. Também desenvolveu um site para divulgação de informações sobre trânsito, ônibus, táxi, transporte complementar, ascensores, credenciamento de morador e prestador de serviços entre outros.

A Cogel também ofertou apoio à imprensa e manteve o aplicativo criado para a Ouvidoria receber denúncias e solicitações de serviços como via pública sem recolhimento de lixo, rua escura, reclamações de turista e dos cidadãos em geral. No Carnaval 2019, foram registradas 8.187 ocorrências.

CONECTA SALVADOR

A parceria com a Rede ReMeSSA possibilitou implantar a segunda etapa no Projeto Conecta Salvador, permitindo a oferta de Wi-fi gratuito para a população em pontos específicos nas regiões do Bonfim, Dique do Tororó, Paripe, Periperi, Porto da Barra, Parque da Cidade, Campo da Pólvora/Nazaré, Praça Iguatemi, dentre outros.

A Cogel participou de reuniões promovidas pela Secretaria de Infraestrutura e Obras Públicas (Seinfra) e Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF) referentes às apresentações dos projetos de Requalificação da Cidade do Salvador, com o objetivo de contribuir com a infraestrutura de atendimento às demandas de telecomunicações, envolvendo o encaminhamento subterrâneo para as operadoras e ampliação da Infovia Municipal.



Primeiro Passo – A Cogel realizou treinamento para os usuários do Sistema do Programa Primeiro Passo, sob a responsabilidade da Secretaria de Políticas para Mulheres, Infância e Juventude (SPMJ), em todas as Prefeituras-Bairro. A ferramenta permite ao cidadão consultar os critérios para participação, solicitar inscrição, consultar os postos de atendimento e o calendário de entrega do cartão.



Gestão de Contratos – Desenvolvido para gerenciamento de contratos da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (Secult).



Salvador 360 – Sistema criado para subsidiar o gerenciamento do Projeto Salvador 360, fornece, na forma de gráficos, o status de cada ação de cada Eixo do Projeto.



Sistema REDA Estagiário – Tem por finalidade selecionar os estagiários de nível superior para atuarem nos órgãos da administração municipal. Permite a inscrição de candidatos, a inclusão de documentos e a divulgação do resultado da seleção.



Manual de Estágio – Aplicativo, desenvolvido em forma de manual eletrônico, com informações gerais sobre o Programa de Estágio na Prefeitura.

PORTAIS E SITES



Projetos Salvador Resiliente – Projetado e desenvolvido pela Cogel para a Secis tem o objetivo de divulgar e realizar a construção estratégica e abrangente, integrada e de longo prazo, para transformar Salvador numa Cidade de Resiliente.



Portal da Previdência – Permite ao servidor aposentado ou licenciado consultar informações e solicitar atualização cadastral, recadastramento e certidão de benefício pecuniário.



Ingressar Salvador – Desenvolvido para a SPMJ, com o objetivo de gerenciar o Curso Municipal Pré-Enem. São disponibilizados o Edital, com as regras para participação da seleção, a ficha de inscrição e o resultado com a lista dos contemplados para ingressar no curso.



Zeferinas – Site de divulgação e acesso ao documentário sobre a Comunidade Guerreira Zeferina.



Marias na Construção – Desenvolvido para gerenciamento das inscrições nos cursos do projeto Marias na Construção, realizado pela SPMJ em parceria com o Senai Bahia.



Arena Aquática Salvador – Site desenvolvido para a Semtel para o gerenciamento das inscrições para natação e hidroginástica e a divulgação de informações.



Salvador Internacional – Site desenvolvido para a Gerência de Relações Internacionais da Sedur com o objetivo de divulgar informações e experiências sobre os assuntos internacionais de interesse do município.



Maratona Salvador – Desenvolvido para a Saltur, o site divulga a data e horário da maratona, como também o resultado da classificação dos atletas.



Festival da Cidade – Site desenvolvido para a Secom, com o objetivo de divulgar notícias e a programação do Festival da Cidade.

CASA CIVIL

A Casa Civil tem por finalidade gerir e controlar os projetos estratégicos intersetoriais, captar recursos financeiros, criar e acompanhar o planejamento estratégico do município e avaliar o resultado das ações do Poder Executivo Municipal.

Além disso, é responsável por elaborar os instrumentos legais orçamentários e empreender ações de acompanhamento e gerenciamento das atividades dos núcleos de orçamento de toda a rede da Prefeitura.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Em 2019, a Diretoria Geral de Planejamento Estratégico (DGPE) atualizou o Plano, publicado em 2017, conforme previsto à época de sua elaboração, adequando-o às condições mais recentes da gestão municipal, assim como à capacidade institucional dos órgãos da Prefeitura.

unidade e da implementação das ações. Fornece, ainda, suporte técnico para a avaliação das iniciativas e atualização do status de cada uma delas, além de prestar apoio às áreas fins para a realização das ações dentro dos prazos previstos.

Em 2019, a DPGE realizou três reuniões gerais de acompanhamento para analisar a situação de cada projeto estratégico e definir as medidas necessárias para alcance das metas estabelecidas pelo Planejamento Estratégico 2016-2020. Os encontros contaram com a presença do Chefe do Executivo Municipal, dos secretários, subsecretários municipais e dos dirigentes de empresas, superintendências e fundações.

Para garantir a manutenção dos recursos necessários à implementação de marcos e metas do Plano elaborado, as modificações orçamentárias dos projetos estratégicos são submetidas à

DGPE. Em 2019, a diretoria ofereceu também suporte na definição das ações prioritárias e metas no processo de elaboração da LDO 2020 e da LOA 2020.

GRATIFICAÇÃO DE INCENTIVO À PRODUTIVIDADE E QUALIDADE (GIPQ)

Em 2019, a DGPE deu continuidade ao suporte técnico à Comissão de Análise de Resultados (CAR), instância responsável pela aprovação das metas e apuração dos resultados dos órgãos e entidades que fazem jus à Gratificação de Incentivo à Produtividade e Qualidade.

O trabalho envolveu a avaliação dos quadros de metas da Sedur, Semob, Seman, Sucop e Transalvador para os dois semestres de 2019 e as alterações solicitadas no decorrer do ano, garantindo o alinhamento ao Plano Estratégico Municipal. Foram realizadas ainda análises dos relatórios de cumprimento das metas estabelecidas para o 2º semestre de 2018 e 1º semestre de 2019 para apoiar as deliberações da CAR.

DIRETORIA GERAL DE ORÇAMENTO (DGO)

A gestão do Orçamento e Planejamento Governamental do Município do Salvador é conferida à Casa Civil, por meio da DGO que realiza o acompanhamento e avaliação da execução orçamentária e financeira de ações específicas do orçamento das unidades, elaborando e aperfeiçoando relatórios e planilhas gerenciais para controle.

A diretoria realizou, em 2019, 1.174 atos de modificações orçamentárias autorizadas na LOA mediante decretos do Executivo. Destes, 434 foram classificados como alterações no Quadro de Detalhamento de Despesa e 740 como Créditos Adicionais Suplementares, nos

termos dispostos na legislação vigente. No período foram abertos três créditos especiais, consubstanciados em leis específicas.

A iniciativa abordou os fundamentos da gestão dos recursos públicos e as práticas de planejamento e finanças

Para capacitar os profissionais e técnicos ligados às áreas de planejamento, orçamento e finanças/contabilidade dos diversos órgãos/entidades da PMS, a Casa Civil realizou o curso Gestão Orçamentária e Financeira, com a participação de 70 servidores.

do governo municipal, que são temas de interesse de quem atua na área. Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei Orçamentária Anual (LOA), Lei de Responsabilidade Fiscal, Contratos Administrativos, Modalidades de Licitação, Receita e Despesa Pública, Resultados Fiscais, Processo Legislativo, Sistemas de Execução, Monitoramento e

Avaliação foram os temas abordados.

Em 2019, também foi realizada a revisão do Manual de Programação e Orçamento (MPO), que teve sua primeira versão publicada em 2015. Os novos exemplares, distribuídos durante o curso, contêm informações e orientações sobre conceitos, regras e procedimentos de reconhecimento e apropriação de receitas e despesas orçamentárias. O foco principal é a elaboração e gestão das peças do Planejamento Governamental (PPA), a LDO e a LOA.

CAPTAÇÃO DE RECURSOS

CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE COM A UNIÃO

Através das atividades de acompanhamento e assessoramento, a Gerência de Contratos e Convênios realizou o monitoramento de 63 convênios e contratos de repasse com a União que movimentaram, em 2019, cerca de R\$ 28,5 milhões. Entre os projetos beneficiados estão os de infraestrutura turística, como a requalificação da orla da Barra/Ondina, Praça Cairu, Ponta do Humaitá e Caminho da Fé, os de infraestrutura urbana, como execução de encostas, requalificação de ruas, praças, quadras e campos, os projetos relacionados ao Patrimônio Histórico, como o restauro do Altar Mor da Igreja do Bonfim, além de projetos de infraestrutura de saúde e convênios de custeio para projetos de economia solidária, eventos esportivos e assistência social.

A Diretoria de Captação de Recursos atua em todas as etapas dos convênios e contratos de repasse desde a prospecção de fontes de financiamento até a prestação de contas final. Também responde pela articulação com os órgãos municipais, parlamentares, ministérios e a Caixa Econômica para promover os encaminhamentos necessários à contratação e execução dos objetos pactuados.

Entre os anos de 2013 e 2019, foram captados R\$ 517,9 milhões, provenientes de transferências voluntárias, Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e emendas parlamentares. Em 2019, foram assinados 19 contratos e convênios com o Governo Federal totalizando R\$ 46,3 milhões, com R\$ 665 mil de contrapartida.

CONVÊNIOS E CONTRATOS ASSINADOS ENTRE 2013 E 2019 TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS E PAC

ORIGEM DOS RECURSOS	CONCEDENTE R\$	CONTRAPARTIDA R\$	TOTAL R\$
Convênios	71.619.056	2.221.996	73.841.052
2013	10.234.554	530.660	10.765.214
2014	1.289.520	53.812	1.343.332
2015	1.024.600	24.914	1.049.514
2016	8.841.677	1.316.986	10.158.662
2017	40.352.394	186.984	40.539.378
2018	-	-	-
2019	9.876.331	108.640	9.984.951
Contratos	440.647.078	3.445.124	444.092.202
2013	40.088.000	1.705.987	41.793.987
2014	18.047.360	159.780	18.207.140
2015	12.733.703	568.398	13.302.101
2016	12.421.490	284.498	12.705.988
2017	319.481.909	157.759	319.639.668
2018	1.462.857	12.048	1.474.905
2019	36.411.759	556.654	36.968.413
TOTAL 2013-2019	512.266.134	5.667.120	517.933.254

Fonte: Casa Civil/Gabinete Captação – Posição em 31/12/2019

**RECURSOS ONEROSOS: CONTRATOS DE FINANCIAMENTO
(OPERAÇÕES DE CRÉDITO)**

No exercício de 2019, mais duas operações de crédito foram firmadas, desta vez com a Caixa Econômica Federal, dentro do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros (PNAFM – III), no valor de R\$ 35 milhões e uma segunda operação dentro do Programa de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento (FINISA), no valor de R\$ 104,1 milhões. Estas operações somadas às oito anteriores, cujas negociações iniciaram no primeiro ano da atual gestão em 2013, totalizam R\$ 2,5 bilhões.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR
OPERAÇÕES DE CRÉDITO CONTRATADAS E EM NEGOCIAÇÃO
DE 2013 A 2019

Atualizado: 31.12.2019

Projeto	Origem	Em R\$ 1.000,00		
		Financiado	Contrapartida	Total
I - Contratadas		1.905.215	567.070	2.472.286
1 - Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básico – PMAT (1º Tranche)	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)	50.880	18.282	69.162
2 - BRT Lapa-Iguatemi/Pró-Transporte –Trecho 1	Caixa Econômica Federal	300.000		69.162
3 - BRT Trecho 1 - contrapartida do Pró-Transporte	Caixa Econômica Federal	108.000		300.000
4 - Implementação de Ações de Desenvolvimento Turístico – PRODETUR SALVADOR	Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	211.661	211.661	108.000
5 - Programa de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento (FINISA)	Caixa Econômica Federal	75.000	-	423.323

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR
OPERAÇÕES DE CRÉDITO CONTRATADAS E EM NEGOCIAÇÃO
DE 2013 A 2019

Atualizado: 31.12.2019

Projeto	Origem	Em R\$ 1.000,00		
		Financiado	Contrapartida	Total
6 - Programa de Saneamento e Urbanização do Subúrbio - 1ª Etapa: Projeto Novo Mané Dendê	Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	272.072	272.072	75.000
7 - Salvador Social (1º Tranche)	Banco Mundial (BIRD)	503.838	-	544.145
8 - Programa de Requalificação Urbana de Salvador (PROQUALI)	Cooperação Andina de Fomento (CAF)	244.663	61.166	305.829
9 - Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros – PNAFM - III	Caixa Econômica Federal	35.000	3.889	38.889
10 - Programa de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento (FINISA 2)	Caixa Econômica Federal	104.100		104.100
II - A CONTRATAR		554.718	6.153	560.871
11 - Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básico – PMAT	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)	50.880	6.153	57.034
12 - Salvador Social (2º Tranche)	Banco Mundial (BIRD)	503.838		503.838
Total		2.459.933	573.224	3.033.157

Nota: Considerado o valor do dólar americano de R\$ 4,0307 - ptax 50, venda - em 31.12.2019 - Banco Central

Esses instrumentos de crédito têm sido alavancadores dos investimentos públicos e viabilizam os projetos, listados a seguir, da administração pública municipal.

PROJETO	OBJETIVO
BNDES/PMAT	Modernização da gestão fiscal através da racionalização de processos, desenvolvimento de sistemas, capacitação de pessoal, implantação do Cadastro Multifinalitário, incluindo serviços de cartografia digital, criação de base de endereçamento fiscal e aplicação geográfica Web customizada para o cadastro multifinalitário, modernização do processo de licenciamento e fiscalização de publicidade e empreendimentos, o desenvolvimento de sistema de gestão de pessoas, além de plataformas de relacionamento com o cidadão.
CAIXA/ PRÓ-TRANSPORTE/CPAC	Projetos de mobilidade urbana, como o BRT, implantação de vias expressas, estações de transbordo, viadutos, ciclovias, passarelas, nova iluminação pública e novo paisagismo nas principais artérias viárias.
BID/PRODETUR	Requalificação de pontos turísticos como os Fortes Santa Maria e São Diogo, Mercado de São Miguel, orla Atlântica, incluindo Stella Maris/Ipitanga, Itapuã/Barra/Ondina, Avenida Sete de Setembro/Praça Castro Alves, desenvolvimento de novos produtos turísticos Étnico Afro-Brasileiro; ações na área ambiental além de segurança e sinalização turística, implantação de Museu Casa da História do Salvador e Arquivo Público Municipal.
CAIXA/FINISA	Construção do Hospital Municipal de Salvador, Unidades de Saúde e requalificação de espaços públicos do Centro Histórico (Terreiro de Jesus, Rua Miguel Calmon e Praça Marechal Deodoro).
BID/MANÉ DENDÊ	Requalificação da infraestrutura urbana no subúrbio ferroviário, incluindo macro e microdrenagem, contenção de encostas, vias modernas com dutos subterrâneos de redes elétricas e telefônicas, iluminação pública, ciclovias, paisagismo e equipamentos urbanos; projeto habitacional; ações culturais; ações ambientais a exemplo de caixas coletoras subterrâneas/semisubterrâneas para resíduo sólido, ecopontos e pontos verdes, galpão de triagem, plano de manejo ambiental, programa de capacitação e assistência técnica à cooperativas, além de plano de comunicação e educação ambiental.

PROJETO	OBJETIVO
BIRD/SALVADOR SOCIAL	Ampliação da prestação de serviços na área social, através de melhorias no sistema de saúde, construção e implantação de novas Unidades de Saúde da Família e Saúde Especializada, na qualidade da educação com construção de Centros Municipais de Educação Infantil e Desenvolvimento de Políticas de Educação Integral; na efetividade da proteção social com o Programa de Primeiro Passo representando ações de Assistência Social para a Primeira Infância e reforma de Equipamentos Socioassistenciais (CRAS).
CAF/PROQUAQLI	Elaboração do Plano Diretor de Tecnologia, dotando a cidade de rede de infovia, plataforma de governança integrada, possibilitando uma conectividade de alta qualidade com as unidades de saúde, educação dentre outros, viabilizando a implantação de diversos programas e serviços a exemplo de videomonitoramento; elaboração do Plano Municipal de Saneamento e requalificação de espaços e equipamentos urbanos.
CAIXA/PNAFM III	Desenvolvimento do sistema de administração tributária, atualização cadastral, gestão tributária e da dívida, soluções de inteligência fiscal, além do Sistema Público de Escrituração Digital Valor de Base.
CAIXA/FINISA 2	Implantação de ações de infraestrutura viária, como a construção do pontilhão Marcos Freire, da trincheira na Avenida Magalhães Neto e duas vias – entre a Avenida Gal Costa e o Bairro de Pau da Lima e a ligação da Mata Escura à BR 324. Na área de saneamento, contempla as obras de macrodrenagem do rio Paraguari e a regularização do seu reservatório.

PROGRAMA DE REQUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA DE SALVADOR - (PROQUALI)

O Programa busca promover o desenvolvimento cultural e turístico de Salvador e a melhoria da qualidade de vida da população. Dividido em cinco componentes, conta com investimentos de US\$ 75.875.00, aproximadamente R\$ 285.661.788, para o período de 2019 a 2022, dos quais 80% provenientes de financiamento e 20% de recursos próprios da prefeitura.

O Contrato de Empréstimo com Corporação Andina de Fomento (CAF), assinado em 2018, resultou no desembolso, em 2019, de R\$ 51,06 milhões, sendo R\$ 23,01 milhões do financiamento (10,07%) e R\$ 28,05 milhões de contrapartida (49,10%).

COMPONENTES DO PROQUALI

SANEAMENTO BÁSICO



Requalificação viária e macrodrenagem – Em 2019, foram realizadas as obras de requalificação viária e macrodrenagem da avenida São Cristóvão e da 1ª Travessa 3 de Maio, no valor de R\$ 12,24 milhões.

Plano Municipal de Saneamento Básico – O Edital de licitação para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico foi publicado no Diário Oficial do Município em maio 2019. A elaboração do Plano será concluída num prazo de 15 meses a partir de dezembro de 2019.

REQUALIFICAÇÃO URBANA



Requalificação urbanística da praça e entorno da Igreja do Nosso Senhor do Bonfim – Em 2019, foram concluídas as obras no valor de R\$ 14,4 milhões, incluindo a área do alto da colina e da Baixa do Bonfim, com novas pavimentações, iluminação, paisagismo, criação de um velário e da casa de água benta.

Requalificação da Avenida Dendezeiros – Projeto Caminho da Fé – As obras, contratadas por R\$ 16,10 milhões, tem sido realizadas com recursos de contrapartida. A intervenção inclui nova pavimentação, mobiliário urbano, paisagismo e rede de drenagem, interligando o Largo de Roma, onde se localiza o Santuário Santa Dulce dos Pobres, com a Basílica de Nosso Senhor do Bonfim.

Casa da Música de Salvador – O projeto teve início com a contratação, em outubro 2019, das obras de restauro do Casarão dos Azulejos com valor de R\$ 7,81 milhões. As obras preveem a construção de um edifício anexo para a realização de atividades. O objetivo é tornar o local um ponto de referência internacional na pesquisa, educação, experimentação, produção e divulgação da música brasileira e afro-brasileira. A CAF promoveu um workshop em junho 2019, com especialistas em museus, para discussão do conteúdo e modelo de gestão da Casa da Música

REQUALIFICAÇÃO URBANA



Requalificação Urbanística da Orla – A obra do trecho Amaralina/Pituba, que integra orla de Amaralina até o Jardim dos Namorados, foi contratada, em outubro 2019, por R\$ 38,84 milhões. Inclui novas pavimentações, paisagismo, drenagem, mobiliário urbano e a construção de um novo muro de contenção em pedra.

Requalificação do Parque Jardim Botânico de Salvador – A primeira fase das obras foi contratada por R\$ 7,80 milhões, em setembro 2019. Serão licitadas ainda as obras de paisagismo e a implantação do museu etnobotânico.

GESTÃO DIGITAL DE INFORMAÇÕES MUNICIPAIS



Plano Diretor de Tecnologia – A elaboração do plano, que inclui o Projeto Executivo de Infovias e o Projeto Básico e Executivo para Implantação da Plataforma de Governança Integrada (Observatório), no valor de R\$ 4,5 milhões.

GESTÃO DO PROGRAMA



Auditoria Independente – Para realizar a gestão do Proquali foi contratada uma empresa de, conforme normas estabelecidas pela CAF. O contrato, assinado em agosto 2019, no valor de R\$ 47,5 mil para um período de dois anos.

Supervisão do Programa – Foi realizado, em 2019, o processo licitatório, no valor de R\$ 2,9 milhões para quatro anos de acompanhamento do PROQUALI.

OUTROS GASTOS



Inclui o pagamento dos Gastos de Avaliação no valor de R\$ 191,5 mil e a Comissão de Financiamento de R\$ 1,976 milhões.

Durante o ano, foram realizadas duas missões da CAF. A primeira, a Missão de Início, em fevereiro, consistiu na apresentação e discussão do desenvolvimento do programa, além das orientações da CAF sobre seus processos de administração dos empréstimos, as condições aplicáveis ao Programa, os procedimentos para desembolso e as respectivas prestações de contas. Já a Missão de Seguimento, realizada em agosto 2019, atendeu aos objetivos de verificação do andamento e qualidade das obras em curso, o cumprimento das condições contratuais, análise do avanço e atualização do planejamento e cronograma do Programa.

SALVADOR SOCIAL

O Projeto Salvador Social tem o objetivo de melhorar a prestação de serviços sociais no município de Salvador, com ênfase no aumento da eficiência do sistema de saúde (vide SMS), da qualidade da educação (vide Smed) e da efetividade da proteção social (vide Sempre). Em 2019, ocorreram três missões do Banco Mundial (BIRD) para o acompanhamento do projeto e realizados três desembolsos, totalizando US\$ 63,6 milhões.

O primeiro, no valor de US\$ 25 milhões, refere-se ao reembolso de despesas já realizadas pelas áreas do Projeto, no período de 12 meses que antecedeu a sua efetividade. Como as metas pactuadas foram alcançadas, ocorreu a antecipação de dois desembolsos que, somados, atingiram o montante de US\$ 38,6 milhões.

Em 2019, o Salvador Social contribuiu, na área de saúde para a ampliação do nível de cobertura da Atenção Básica para 46% e para a implantação do prontuário eletrônico em 94 unidades de saúde – mais do que o dobro da meta de 48 unidades estipuladas pelo projeto. A medida facilita o diagnóstico e a conduta terapêutica dos usuários bem como permite a produção de indicadores que

subsidiarão as ações da gestão. Somada a essas ações, houve a implantação em 103 unidades de saúde do Sistema Vida+, ferramenta responsável pela otimização do processo de agendamento e monitoramento dos procedimentos ambulatoriais de Atenção Básica e de Média Complexidade. (ver SMS) Na educação, o Salvador Social possibilitou a participação de 93,4% das escolas da rede municipal no Programa Salvador Avalia (PROSA) e de mais de 80% dos alunos dessas unidades, acima da meta de 75% estabelecida para 2021. Esta avaliação mostra o desempenho dos alunos na alfabetização em Português e Matemática, permitindo

direcionar as ações para melhoria dos resultados na aprendizagem e o aumento do percentual de crianças alfabetizadas na idade certa.

A Smed também tem implantado ações de monitoramento e avaliação para o acompanhamento sistemático e permanente da qualidade do atendimento prestado na educação infantil. Durante o ano, 78,3% dos professores participaram do Programa de Formação Continuada, superando o percentual de 74,2% definido pelo projeto. Já a implantação da Política de Gestão para Resultado atingiu 76% das escolas, resultado que também ultrapassou a meta de 43% estipulada para 2021.

Na área da Assistência Social, o Projeto apoiou a reestruturação da rede de proteção social básica e a oferta de benefícios e serviços de suporte para manutenção da rede e dos conveniados.

Foram contratados 80 servidores temporários (REDA), para contribuir com a melhoria da capacidade de gestão da Sempre e promover a reestruturação de 28 CRAS – dos quais 10 em fase de conclusão.

quanto a composição da equipe mínima desses equipamentos públicos.

Em 2019, foram realizadas ainda 3.200 visitas domiciliares para atualização no CadÚnico dos dados socioeconômicas dos usuários. Esta iniciativa, além de garantir a ampliação do acesso das famílias de baixa renda aos programas e benefícios socioassistenciais, possibilita aprimorar a formulação de políticas sociais no município.

A medida foi adotada para atender aos parâmetros pactuados juntos ao Banco Mundial e às determinações do Ministério da Cidadania. (Ver Sempre). Esta ação engloba tanto a adequação física

AGÊNCIA REGULADORA E FISCALIZADORA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SALVADOR (ARSAL)

A autarquia, vinculada à Casa Civil, é responsável por regular e fiscalizar os serviços de transporte coletivo urbano, saneamento básico e concessão de áreas públicas para instalação e exploração de espaços publicitários.



TRANSPORTES COLETIVO URBANO (STCO)

Durante o primeiro semestre de 2019, a Aرسال acompanhou as consultorias para realização de auditorias do Sistema de Bilhetagem Eletrônica (SBE) e dos registradores mecânicos de passageiros, realizadas pela Ernest & Young, e de Concessão do STCO, executada pela Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi).

As auditorias foram contratadas em 2018, em decorrência dos Termos de Ajuste de Conduta (TAC) 164, 165 e 187 assinados pelas empresas do STCO, Aرسال, Semob e o Ministério Público. Em maio, foi concluído o relatório da auditoria realizada na Transcard. Em setembro, foram apresentados os relatórios sobre o cálculo das tarifas quadrienais para o período de 2019 a 2022 e sobre o encontro de contas da concessão do STCO para o período de 2015 a 2018.

Em decorrência da parte dos trabalhos da Fipecafi, foram assinados os novos TACs 33, 34 e 35, fixando as tarifas para o ano de 2020, além de impostas condições às empresas do STCO para continuidade da prestação do serviço.

Coube à Aرسال a coordenação e acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos pelas empresas de consultoria E&Y e Fipecafi, junto às três Concessionárias, à Transcard e à Integra.

Como desdobramento dos resultados da consultoria da E&Y, relativos ao Sistema de Bilhetagem Eletrônica, a Integra e Transcard, contrataram a PWC para auditar algumas pendências no sistema, cujo relatório foi entregue à Aرسال para análise.

O relatório sobre o cálculo de compensação tarifária a ser aplicada em função dos eventos de desequilíbrio/descumprimento verificados no

período de abril de 2015 a dezembro de 2018, foi apresentado, às empresas para análise.

OUTRAS ATIVIDADES

Durante o ano, a Aرسال realizou o acompanhamento sistemático do fluxo de passageiros do STCO e dos indicadores econômicos IPCA, INPC e óleo diesel para fins de reajuste tarifário em janeiro 2020. Também implantou o Plano de Contas para fornecimento de dados e informações padronizadas no modelo econômico em vigor a partir de janeiro 2020.

LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

A Aرسال esteve presente em reuniões para discutir estudos e projetos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, junto à Limpurb, voltados para a licitação de coleta e limpeza urbana, e de grupos de discussão sobre a coleta seletiva, com a participação da Limpurb e da Secis.

ATERRO METROPOLITANO CENTRO (AMC)

A Aرسال contratou, em 2019, a FIPE para realizar estudo técnico sobre a vida útil do Aterro Metropolitano Centro e sua viabilidade técnico-operacional, econômico-financeira e socioambiental. O estudo também deverá avaliar a viabilidade de continuidade do contrato de concessão com a empresa BATRE, que se encerra em janeiro 2020.

MOBILIÁRIO URBANO

Os contratos de concessão de Mobiliário Urbano com a Cemusa e a JCDCaux, regulados pela Aرسال a se encerram em janeiro de 2020. A Aرسال está acompanhando, junto à Semob, a possibilidade de prorrogação em função dos pareceres técnicos 05/2019 e 09/2019, elaborados pela Controladoria Geral do Município, que apontaram pela necessidade de um encontro de contas das citadas empresas com o município.

OUIDORIA

Em 2019, a Ouvidoria da Aرسال passou por mudança, o que levou à desativação das redes existentes e à reformulação do site da Aرسال, em andamento, com um design mais moderno e funcional. O site e o e-mail da Ouvidoria continuam ativos para garantir que as manifestações da população sejam recebidas e encaminhadas para resolução.

A Ouvidoria também acompanha os relatórios de reclamações dos usuários, enviados semanalmente pelo SAU/Integra e analisa os relatórios semestrais da pesquisa de Satisfação do Usuário de Transporte Coletivo por Ônibus em Salvador realizada pela empresa P&A – Pesquisa e Análise, observando os resultados finais, de acordo com a opinião dos usuários.

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS SANCIONATÓRIOS 2019

Durante o ano, a Aرسال instaurou 12 processos administrativos sancionatórios, sendo quatro a cada uma de transporte coletivo de Salvador (CSN), Ótima Trans e Plataforma. Em sua maioria, os processos foram decorrentes da falta de pagamento das TRCFs, além de paralisação. O valor total dos processos atingiu o montante de R\$ 3.261.322,84.

TERMOS DE REFERÊNCIA

A Aرسال confeccionou Termos de Referência em auditoria/estudos/suporte a demandas técnicas para o melhoramento das relações de gestão internas e do controle dos serviços públicos realizados pela autarquia. Entre os termos elaborados em 2019 estão o de serviços de consultoria em engenharia sanitária e ambiental, de serviços de consultoria para o aprimoramento do processo gestão do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão do serviço de transporte Coletivo por Ônibus (STCO) e o de aquisição de Solução Completa de Data Discovery/Business Discovery corporativo.

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA (SEFAZ)

A Sefaz tem como atribuição, coordenar e executar as funções da administração tributária, financeira e patrimonial, contábil e de auditoria do município.

EQUILÍBRIO DE CONTAS

A atuação desta área visa garantir o equilíbrio das contas públicas do Município, de modo que a Prefeitura possa implementar os programas e atividades demandados pela coletividade.

Nesse sentido, suas ações voltam-se para os objetivos de tornar Salvador compatível com o seu

potencial de arrecadação e captação de recursos, controlando a dívida, buscando maior qualidade do gasto público e garantindo total transparência na sua aplicação.

DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

Desde o primeiro ano da gestão, várias foram as medidas adotadas para o equilíbrio financeiro do Município como, por exemplo, a redução da Dívida Consolidada Líquida (DCL), que passou de R\$ 1,82 bilhão – 52,08% da Receita Corrente Líquida (RCL) – em 2012, para a (menos) R\$ 412 milhões, qual seja (-) 6,76% da RCL.

PAGAMENTO DAS RESTITUIÇÕES TRIBUTÁRIAS

De 2013 a 2019, as restituições somaram R\$ 76,2 milhões, dos quais R\$ 42,6 milhões foram devolvidos por pagamento direto aos contribuintes e R\$ 33,6 milhões, mediante a compensação de débitos com o Tesouro Municipal.

REDUÇÃO DE DÉBITOS DE PRECATÓRIOS

Os Débitos de Precatórios liquidados do Município somaram R\$ 424 milhões ao final de 2019, o que constitui 59% dos R\$ 723 milhões encontrados em 2012, ainda que computados os valores dos precatórios inscritos mais recentemente.

CADIN E PROTESTO EXTRAJUDICIAL

Ao final de 2019, o estoque do CADIN registrava 3,8 milhões de pendências, abrangendo mais de 668 mil devedores e um montante global de créditos financeiros potencialmente passíveis de recuperação na casa de R\$ 12 bilhões, dos quais R\$ 8,9 bilhões registrados na Dívida Ativa do Município.

Somente em 2019 foram inscritas 2,68 milhões de pendências, envolvendo 586 mil contribuintes

e um volume de créditos potenciais de R\$ 7,0 bilhões. Desses registros, 294 mil foram da própria Sefaz, 232 mil da Dívida Ativa e 51 mil da Transalvador, com participações menores da Sedur, da SMS e da Limpurb.

Como resultado desses registros, foram recuperados R\$ 96,9 milhões de créditos tributários em 2019, dos quais R\$ 89,8 milhões no âmbito da Sefaz e R\$ 7,1 milhões da Dívida Ativa. Deste montante, 70,7% decorrem de créditos de IPTU, 15,8%, da Taxa de Fiscalização e Funcionamento (TFF) e 12,6%, da Taxa de Coleta, Remoção e Destinação de Resíduos Sólidos Domiciliares (TRSD).

A implantação do protesto extrajudicial das dívidas com o Município, no âmbito da Dívida Ativa, foi instrumento adicional decisivo para a recuperação de créditos.

CONTINGENCIAMENTOS ORÇAMENTÁRIOS

A execução orçamentária do exercício de 2019 foi iniciada já com o contingenciamento de R\$ 1,88 bilhão. Equivalente a 24% do orçamento total, este valor foi distribuído entre várias fontes com potencial de frustração, a exemplo de transferências voluntárias correntes e de capital, operações de crédito e alienação de bens imóveis.

PLANTA GENÉRICA DE VALORES (PGV)

A Planta Genérica de Valores do Município foi atualizada ainda em 2013, compatibilizando o valor dos imóveis com os correspondentes valores de mercado e redefinindo a base de cálculo do IPTU.

Os refinamentos e revisões locais da PGV têm sido operadas regularmente, a exemplo das correções efetuadas na área de Cassange e do Loteamento Marissol, e da readequação espacial dos Setores Fiscais da PGV, que passaram de 87 para 114, gerando um ganho de qualidade nas avaliações imobiliárias. Também tem sido realizado o monitoramento permanente dos valores de mercado

dos imóveis por meio da base de dados das transações imobiliárias do ITIV e o desenvolvimento da ferramenta tecnológica web scraping para coleta de anúncios de venda de imóveis na internet.

CADASTRO IMOBILIÁRIO

De 2017 até 2019, já foram atualizadas 303.609 inscrições imobiliárias, o que representa cerca de 35% das 873 mil inscrições do Cadastro Imobiliário Municipal. Somente em 2019, foram 117.309 inscrições atualizadas, corrigidas e/ou padronizadas, como demonstra o infográfico a seguir:



53.774

inscrições atualizadas sem recálculo de IPTU/TRSD.

2.686

inscrições que receberam o competente CPF ou CNPJ.

28.631

inscrições atualizadas com recálculo de IPTU/TRSD.

34.690

inscrições tiveram confirmada a situação de falecimento dos seus titulares, passando a ser identificadas com a expressão "Espólio de" à frente dos nomes dos contribuintes.

NOTA SALVADOR

O Portal Nota Salvador, em 2019, totalizou 368.234 pessoas físicas cadastradas e com senha web habilitada – 2,73% a mais que em 2018 – e 182.421 cidadãos inscritos como participantes dos sorteios de prêmios – 10,14% a mais que em 2018.

Os sorteios, que demandam movimentação de nota fiscal no respectivo mês, contaram com uma média mensal de 85 mil participantes – 5,60% a mais em relação a 2018 – e 4,2 milhões de bilhetes gerados – aumento de 13,51% em relação a 2018.

Desde a efetivação do Programa, em dezembro de 2013, até 2019, foram realizados 72 sorteios com uma quantidade de 905.792 prêmios distribuídos, no valor total de prêmios e créditos pagos de R\$ 62,664 milhões, dos quais R\$ 60,288 milhões transferidos para conta-corrente/poupança, R\$ 635 mil transformados em crédito de celular e R\$ 1,741 milhão em crédito para carga no “SalvadorCard”.

PENDÊNCIAS COM O CAUC

No período de agosto de 2013 ao final de 2019 foram registradas 27 novas situações de restrições no CAUC, todas elas tratando de problemas pontuais e resolvidas em um prazo máximo de até 33 dias.

Em 2019, foi efetuada a renovação, dentro dos respectivos prazos de validade, das Certidões de Débitos Federais e Dívida Ativa da União (CND) Conjunta, dos Certificados de Regularidade do FGTS (CRF), dos Certificados de Regularidade Previdenciária (CRP), bem como tem garantido a regularidade perante o CADIN, SIAFI/SICONV, SICONFI, SIOPE e SIOPS, todos os sistemas de informações que integram o CAUC.

PROGRAMAS DE PARCELAMENTO INCENTIVADO (PPI)

Por meio de Programas de Parcelamento Incentivado de dívidas, realizados em 2014, 2015, 2018 e 2019, o Município ofereceu aos contribuintes em débito com a fazenda municipal condições especiais, que incluíram isenção total ou parcial de juros e multas, para a regularização de suas dívidas.

Estes programas propiciaram a contratação de quitação de débitos no volume global de R\$ 1,145 bilhão, o que resultou na geração dos seguintes montantes anuais e cumulativos de arrecadação:

ARRECAÇÃO PPI

EXERCÍCIO	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Total Anual	99.663.007	106.200.218	105.527.132	47.249.380	131.820.828	112.560.578
Total Acumulado	99.663.006	205.863.225	311.390.356	358.639.736	490.460.565	603.021.142

Valores nominais em R\$.

PROGRAMA DE PARCELAMENTO ADMINISTRATIVO DE DÉBITO (PAD)

O Programa de Parcelamento Administrativo de Dívidas (PAD), criado em 2014, permite a recuperação de créditos de natureza permanente pela qual o contribuinte pode, a qualquer momento, inclusive pela Internet, formalizar o parcelamento dos seus débitos tributários e não tributários, inscritos ou não em Dívida Ativa, em até 60 meses, ainda que, diferentemente do PPI, sem dispensa ou desconto de juros e multas.

Os parcelamentos de dívidas do PAD resultaram nos seguintes montantes anuais e cumulativos de arrecadação:

ARRECAÇÃO PAD

EXERCÍCIO	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Total Anual	3.644.243	21.249.507	34.368.234	67.940.904	68.682.283	79.885.316
Total Acumulado	3.644.243	24.893.750	59.261.984	127.202.888	195.885.171	275.770.487

Valores nominais em R\$.

O ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS MUNICIPAIS

De 2014 a 2019, foram alienados 32 imóveis, o que gerou R\$ 217,5 milhões de receita de capital.

Deste total, R\$ 210 milhões já ingressaram no Caixa do Tesouro Municipal e foram utilizados

na construção do Hospital Municipal de Salvador e em obras de requalificação de vias urbanas e na construção do novo Centro de Convenções.

SALDO EM CAIXA

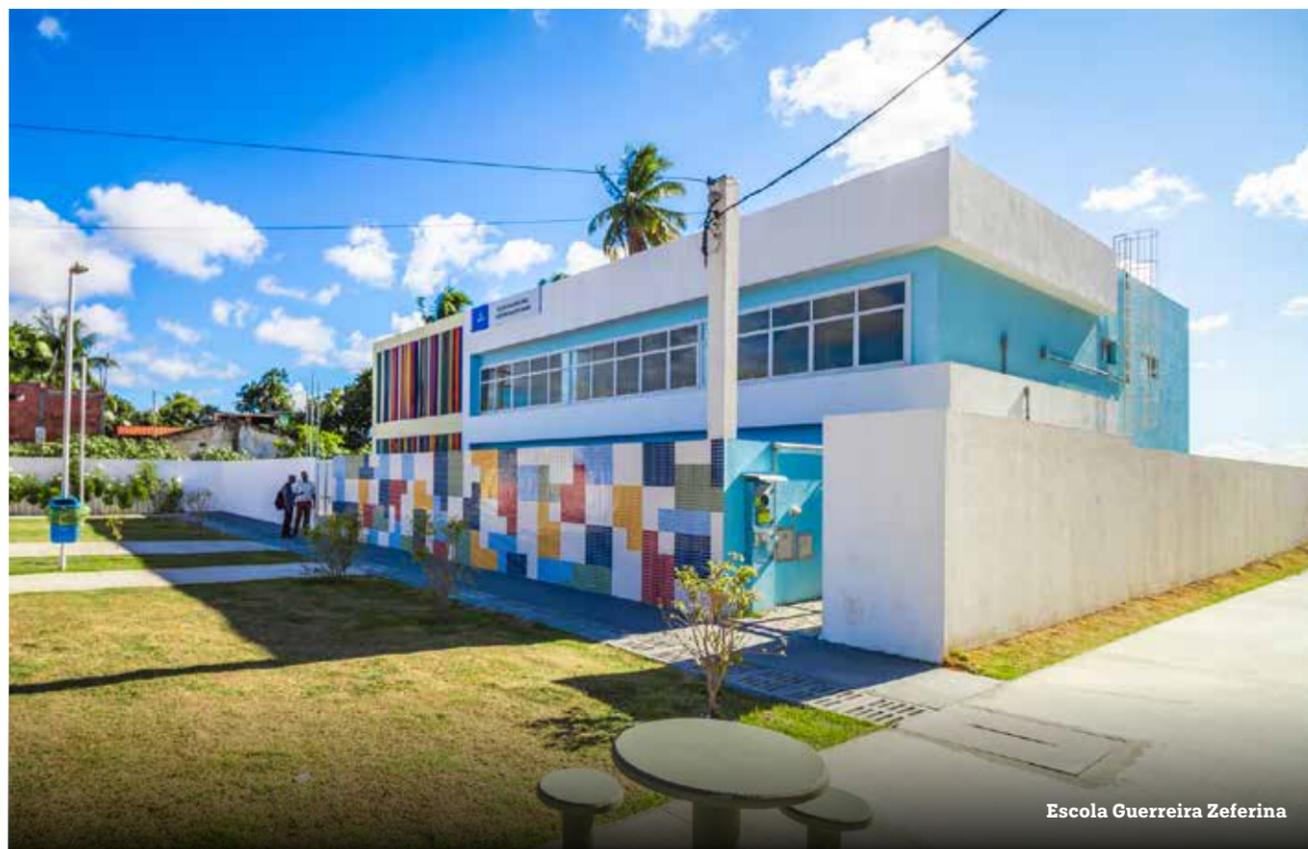
Como resultado de um conjunto de ações adotado pela Prefeitura ainda em 2013, o saldo líquido em caixa passou da situação negativa de R\$ 77 milhões, em 2012, para o polo positivo de R\$ 1,853 bilhão em 2019.

SALDO EM CAIXA



AVANÇOS E RESULTADOS ALCANÇADOS

A gestão das finanças públicas pela atual gestão permitiu à Prefeitura atingir a autonomia financeira necessária para a execução dos investimentos sociais e de infraestrutura urbana na cidade.



Escola Guerreira Zeferina

RECEITA MUNICIPAL

Receitas Próprias e de Transferências

A Receita Total do Município do Salvador somou R\$ 7,051 bilhões em 2019, um crescimento nominal de 9,4% sobre 2018 – 5,0% em valores reais pela variação anual do IPCA. O crescimento médio anual entre 2013 e 2019 foi de 9,1%, o que representa 3,2% em valores reais.

O acumulado, nesse período, atingiu 83,8% – 24,4% em termos reais.

As Receitas Próprias de Salvador, aquelas arrecadadas diretamente pelo Município, passaram de R\$ 1,784 bilhão, em 2012, para R\$ 3,715 bilhões em 2019, um crescimento nominal acumulado de 108%, o que equivale a 41% em termos reais, entre 2013 e 2019.

No mesmo período, as receitas de transferências, arrecadadas pela União e pelo Estado e repassa ao Município, cresceram 62% nominais (9,8% em valores reais), passando de R\$ 1,852 bilhão, em 2012, para R\$ 3,005 bilhões em 2019. Isto significa

que o crescimento das receitas próprias foi 73% superior ao das receitas de transferências em termos nominais e quatro vezes em termos reais no período.

EVOLUÇÃO ANUAL DAS RECEITAS PRÓPRIAS E TRANSFERÊNCIAS

COMPONENTE DA RECEITA	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	CRESCIMENTO NOMINAL		
									2019/18	PERÍODO 2013-2019	
										MÉDIO ANUAL	ACUMULADO
Receitas Próprias	1.784	2.179	2.660	2.799	2.900	3.018	3.323	3.715	11,8%	11,0%	108,2%
Receita Tributária	1.423	1.626	2.007	1.927	2.042	2.087	2.450	2.650	8,2%	9,3%	86,2%
Impostos	1.231	1.423	1.789	1.721	1.818	1.834	2.149	2.320	7,9%	9,5%	88,4%
Taxas	192	203	222	206	224	253	301	331	9,9%	8,1%	72,6%
Receita Não Tributária	362	553	652	873	858	931	873	1.065	22,0%	16,7%	194,5%
Receita de Transferências	1.852	2.001	2.178	2.380	2.648	2.622	2.801	3.005	7,3%	7,2%	62,2%
Governamentais Obrigatórias	1.797	1.969	2.122	2.362	2.592	2.556	2.740	2.932	7,0%	7,2%	63,2%
Da União	972	1.082	1.189	1.350	1.570	1.514	1.583	1.836	16,0%	9,5%	88,9%
Do Estado	725	811	827	894	894	917	995	1.034	3,9%	5,2%	42,6%
Multigovernamentais	338	339	385	429	457	454	504	425	-15,7%	3,3%	25,8%
Deduções Multigovernamentais	- 239	- 264	- 280	- 311	- 329	- 329	- 343	- 363	6,1%	6,2%	52,1%
Governamentais Voluntárias	46	6	28	18	55	63	58	69	17,9%	6,0%	50,8%
Da União	42	2	26	14	52	59	43	52	20,8%	3,0%	22,6%
Do Estado	3	4	2	4	4	4	14	17	24,4%	26,7%	423,0%
Outras Receitas de Transferências	10	27	28	1	1	3	3	4	19,5%	-11,5%	-57,6%
Receita Total (sem Intraorçamentária)	3.637	4.180	4.837	5.179	5.549	5.640	6.124	6.720	9,7%	9,2%	84,8%
Receita Intraorçamentária	199	194	229	254	283	301	324	330	2,1%	7,5%	66,0%
Receita Total (com Intraorçamentária)	3.836	4.372	5.066	5.434	5.832	5.941	6.448	7.051	9,4%	9,1%	83,8%

Valores Nominais (em R\$ Milhões) - Fonte: SGF/SIGEF/Sefaz

As Receitas Próprias, em 2012 eram inferiores às Receitas de Transferências, na proporção de 49% para 51%, respectivamente. A partir de 2013, esta situação se inverteu e os ingressos próprios superaram os de transferências, alcançando 55% da Receita Total do Município em 2019 e 54% na média anual do período 2013-2019.

COMPOSIÇÃO DA RECEITA – PRÓPRIA VS. TRANSFERÊNCIAS (EXCETO AS RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS)

ITEM DE RECEITA	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Receitas Próprias	1.785	2.179	2.660	2.796	2.900	3.018	3.323	3.715
Receitas de transferência	1.852	2.001	2.178	2.385	2.648	2.622	2.801	3.005
Receita Total (exceto as receitas Intraorçamentária)	3.637	4.180	4.837	5.181	5.549	5.640	6.124	6.720

Valores Nominiais (em R\$ Milhões) - Fonte: SGF/SIGEF/Sefaz

PARTICIPAÇÃO NA RECEITA TOTAL

ITEM DE RECEITA	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	MÉDIA ANUAL 2013/2019
Receitas Próprias	49%	52%	55%	54%	52%	54%	54%	55%	54%
Receitas de transferência	51%	48%	45%	46%	48%	46%	46%	45%	46%
Receita Total (exceto as receitas Intraorçamentária)	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Valores Nominiais (em R\$ Milhões) - Fonte: SGF/SIGEF/Sefaz

Quando os valores das receitas intra-orçamentárias são inclusos nesses cálculos, o domínio das receitas próprias é ainda maior, chegando a 57% em 2019 e a 56% na média anual do período 2013-2019.

COMPOSIÇÃO DA RECEITA – PRÓPRIA VS. TRANSFERÊNCIAS (INCLUÍDAS AS RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS)

ITEM DE RECEITA	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Receitas Próprias	1.983	2.373	2.888	3.054	3.183	3.319	3.646	4.045
Receitas de transferência	1.852	2.001	2.178	2.380	2.648	2.622	2.801	3.005
Receita Total (incluídas as receitas Intraorçamentária)	3.836	4.374	5.066	5.434	5.832	5.941	6.448	7.051

Valores Nominiais (em R\$ Milhões) - Fonte: SGF/SIGEF/Sefaz

PARTICIPAÇÃO NA RECEITA TOTAL

ITEM DE RECEITA	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	MÉDIA ANUAL 2013/2019
Receitas Próprias	52%	54%	57%	56%	55%	56%	57%	57%	56%
Receitas de transferência	48%	46%	43%	44%	45%	44%	43%	43%	44%
Receita Total (incluídas as receitas Intraorçamentária)	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Valores Nominiais (em R\$ Milhões) - Fonte: SGF/SIGEF/Sefaz

RECEITAS CORRENTE E DE CAPITAL

As Receitas Correntes subiram de R\$ 3,606 bilhões, em 2012, para R\$ 6,265 bilhões, em 2019, um crescimento nominal acumulado de 73,7% (17,6% em termos reais) e médio anual de 8,2% (2,3% em valores reais) no período 2013-2019. Neste último ano, as receitas correntes cresceram 7,4% em valores nominiais (3,0% em termos reais) sobre 2018.

As Receitas de Capital saíram de R\$ 31 milhões, em 2012, e alcançaram R\$ 455 milhões, em 2019, num

crescimento acumulado nominal de mais de 1.373% (897% em termos reais). Em 2019, estas receitas chegaram a constituir 6,5% das Receitas Totais do Município, ante apenas 0,8% em 2012.

Esta evolução se deve, principalmente, ao Programa de Alienação de Bens Imóveis, e ao estado de equilíbrio das finanças públicas municipais que permitiu a contratação de importantes operações de crédito internas e externas, para atender às demandas de infraestrutura urbana e de proteção social da cidade.

EVOLUÇÃO ANUAL DAS RECEITAS CORRENTES E DE CAPITAL

COMPONENTE DA RECEITA	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	CRESCIMENTO NOMINAL		
									2019/18	PERÍODO 2013-2019	
										MÉDIO ANUAL	ACUMULADO
Receitas Próprias	3.606	4.175	4.815	5.110	5.450	5.556	5.832	6.265	7,4%	8,2%	73,7%
Receita Tributária	1.423	1.626	2.007	1.927	2.042	2.087	2.450	2.650	8,2%	9,3%	86,2%
Impostos	1.231	1.423	1.789	1.721	1.818	1.834	2.149	2.320	7,9%	9,5%	88,4%
Taxas	192	203	222	206	224	253	301	331	9,9%	8,1%	72,6%
Transferência Correntes	1.825	1.996	2.162	2.362	2.588	2.556	2.750	2.948	7,2%	7,1%	61,6%
Cota-Parte FPM	490	525	581	705	832	817	789	853	8,1%	8,2%	73,9%
Recursos dos SUS	424	478	524	559	652	617	697	727	4,3%	8,0%	71,4%
Cota-Parte ICMS	546	621	636	686	677	694	773	793	2,6%	5,5%	45,3%
Outras Transferências	603	637	700	723	756	757	834	939	12,6%	6,5%	55,9%
Deduções das Transferências	- 238	- 264	- 280	- 311	- 329	- 329	- 343	- 363	6,1%	6,2%	52,4%
Outras Receitas Correntes	359	553	646	821	820	913	632	667	5,4%	9,3%	85,9%
Receitas de Capital	31	5	23	69	98	83	292	455	55,9%	46,9%	1.373,3%
Transferência de Capital	28	5	16	18	65	66	52	57	10,3%	10,7%	103,9%
Operação de Crédito	3	-	-	6	15	9	162	345	113,2%	-100,0%	11.332,8%
Alienação de Bens	0	1	7	45	18	8	79	53	-31,9%	278,5%	1.112.954,3%
Receita Total (Sem Intraorçamentária)	3.637	4.180	4.837	5.178	5.548	5.640	6.124	6.720	9,7%	9,2%	84,8%
Receita Intraorçamentária	199	194	229	254	283	301	324	330	2,1%	7,5%	66,0%
Receita Total (Com Intraorçamentária)	3.836	4.374	5.066	5.434	5.832	5.941	6.448	7.051	9,4%	9,1%	83,8%

Valores Nominais (em R\$ Milhões) - Fonte: SGF/SIGEF/Sefaz

DESPESA MUNICIPAL**Evolução da Despesa**

A Despesa Total, chegou a R\$ 6,974 bilhões em 2019, tendo crescido nominalmente 9,8% (5,2% em termos reais) em relação a 2018, 9,1% (3,2% de variação real) em média anual desde 2013 e 84,5% (24,9% em valores constantes) acumulados no período 2013-2019.

As Despesas Correntes somaram R\$ 5,841 bilhões, em 2019, exibindo crescimento nominal de 6,7% (2,2% em termos reais) sobre 2018, 76,1% (19,2% de variação reais) acumulados desde 2013, e 8,4% (2,5% em valores constantes) de média anual no período 2013-2019.

EVOLUÇÃO ANUAL DA DESPESA

COMPONENTE DA DESPESA	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	INCREMENTO NOMINAL		
									2019/18	MÉDIO ANUAL	ACUMULADO 2013-2019
Despesa Corrente	3.316	3.491	4.229	4.664	4.972	5.008	5.477	5.841	6,7%	8,4%	76,1%
Gastos com Pessoal	1.652	2.005	2.314	2.553	2.860	2.952	2.979	3.106	4,2%	9,4%	88,0%
Juros e Encargos da Dívida	69	69	68	71	11	7	17	32	92,1%	-10,2%	-52,9%
Outras Despesas Correntes	1.595	1.417	1.847	2.040	2.102	2.049	2.481	2.703	9,0%	7,8%	69,4%
Despesa Capital	302	386	512	457	407	381	552	802	45,3%	15,0%	165,8%
Investimentos	157	203	413	334	299	245	437	659	50,9%	22,7%	318,5%
Amortização da Dívida	138	178	98	123	108	136	115	143	24,2%	0,6%	4,1%
Inversões Financeiras	7	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa Total (Exceto Intraorçamentária)	3.618	3.876	4.741	5.121	5.379	5.89	6.029	6.643	10,2%	9,1%	83,6%
Despesa Intraorçamentária	162	191	229	261	302	285	324	330	2,1%	10,7%	103,7%
Despesa Total (Com Intraorçamentária)	3.780	4.067	4.970	5.382	5.681	5.674	6.352	6.974	9,8%	9,1%	84,5%

Valores Nominais (em R\$ Milhões) - Fonte: SGF/SIGEF/Sefaz

As Despesas de Capital alcançaram R\$ 802 milhões em 2019, crescendo 45,3% nominais (39,3% em termos reais) sobre 2018. O crescimento nos investimentos, somaram R\$ 659 milhões no ano, crescendo 50,9% nominais (44,7% em valores reais) sobre a base já expressiva dos R\$ 437 milhões investidos em 2018 e registrando 318% nominais (183% em valores reais) acumulados entre 2013 e 2019.

A análise comparativa das receitas correntes relativamente às despesas correntes revela a sistemática geração de Poupança Corrente, os quais somaram, nominalmente, um montante global de R\$ 3,525 bilhões. Isto significa que quase 10% (9,01%) das receitas correntes acumuladas no período de 2013 a 2019 foram poupados pelo Município.

EVOLUÇÃO COMPARATIVA DAS RECEITAS E DESPESAS CORRENTES									
EXERCÍCIO	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	TOTAL ³
Receitas Correntes ¹	3.805	4.369	5.044	5.364	5.733	5.858	6.156	6.966	39.119
Despesas Correntes ¹	3.479	3.682	4.458	4.925	5.274	5.274	5.794	6.168	35.594
Poupança Corrente	326	687	585	439	459	564	362	428	3.525
Poupança Corrente/ Receitas Correntes	8,57%	15,73%	11,60%	8,18%	8,01%	9,64%	5,88%	6,49%	9,01%

(1) Incluidas as receitas intra-orçamentárias e abatidas as deduções de receitas. (2) Despesas Empenhadas. (3) Períodos 2013-2019

RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

As metas de resultado primário fixadas na Lei Orçamentária Anual têm sido superadas desde 2013. Em 2019, atingiu R\$ 590 milhões.

RESULTADO PRIMÁRIO				
ANO	RECEITA PRIMÁRIA (A)	DESPESAS PRIMÁRIA (B)	RESULTADO PRIMÁRIO	
			ALCANÇADO (A-B)	META (LOA)
2012	3.808	3.574	234	195
2013	4.315	3.819	496	196
2014	4.928	4.804	134	-136
2015	5.224	4.974	250	-149
2016	5.637	5.562	76	-555
2017	5.793	5.531	261	-515
2018	5.858	5.796	62	-645
2019	6.266	6.299	-33	-623

(*) Não inclui Receita ou Despesas Financeiras. Fonte: SGE/SIGEF/Sefaz - LOA:2012 a 2019

O Resultado Nominal, teve sua metodologia alterada a partir de 2018, passando a ser obtido através da adição do ganho de juros e encargos auferido no exercício ao valor obtido no resultado primário. Em 2019, teve suas metas superadas em mais de R\$ 612 milhões.

Os resultados alcançados contribuíram para a redução do estoque da Dívida Consolidada Líquida em R\$ 2,242 bilhões no período de 2013 a 2019, uma vez que o seu montante caiu de R\$ 1,830 bilhão, em 2012, para R\$ - 412 milhões em 2019.

RESULTADO NOMINAL				
ANO	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA		RESULTADO NOMINAL	
	NO ANO (A)	NO ANO ANTERIOR (B)	ALCANÇADO (A-B)	META (LOA)
2012	1.830	1.727	103	119
2013	1.691	1.830	-138	-30
2014	1.423	1.691	-268	458
2015	1.318	1.423	-105	171
2016	5.637	5.562	76	1.219
2017	-368	298	-666	588
2018*	-419	-368	113	-338
2019	-412	-419	54	-558

Fonte: Sistemas SGF/SIGEF/Sefaz - LOA: 2012 a 2019 - Valores em R\$ milhão

(*) A partir de 2018 o Resultado Nominal é obtido pela soma do Resultado Primário aos juros nominais de período.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

A evolução dos resultados orçamentários revela saldos orçamentários positivos durante os últimos sete anos, com ênfase para 2013 e 2017, em que o superávit chegou a R\$ 307 milhões e R\$ 267 milhões, respectivamente. Em 2019, o resultado orçamentário obtido em 2019 foi de R\$ 77 milhões.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO								
DETALHAMENTO	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Despesa Total	3.836	4.374	5.066	5.435	5.832	5.941	6.448	7.051
Receitas Correntes	3.606	4.175	4.815	5.113	5.450	5.556	5.832	6.265
Receita de Capital	31	5	23	68	98	83	292	455
Receita Intraorçamentária	199	194	229	254	283	301	324	330
Despesa Total	3.780	4.067	4.970	5.382	5.681	5.674	6.352	6.974
Despesas Correntes	3.316	3.491	4.229	4.664	4.972	5.008	5.477	5.841
Despesas de Capital	302	386	512	457	407	381	552	802
Despesas Intraorçamentária	162	191	229	261	302	285	324	330
Resultado Orçamentário	55	307	96	53	151	267	95	77

Valores Nominais Arrecadados e Empenhados (em R\$ Milhões) - Fonte: SGF/SIGEF/Sefaz

DISPONIBILIDADE DE CAIXA

A Disponibilidade Líquida de Caixa atingiu R\$ 1,853 bilhão em 2019, consolidando a evolução progressiva que teve início em 2013. O montante dos recursos vinculados que participam de sua composição tem representado, desde 2013, entre 21% e 35%, marcando 30% do total em 2019.

DISPONIBILIDADE DE CAIXA								
DETALHAMENTO	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Disponibilidade de Caixa Bruta	225	848	972	1.122	1.303	1.546	1.786	2.242
(-) Obrigações Financeiras (Recursos Vinculados)	143	270	154	173	90	80	70	57
(-) Obrigações Financeiras (Recursos Não Vinculados)	326	687	585	439	459	564	362	428
DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA	-77	459	675	730	977	1.257	1.471	1.853

Valores Nominais (em R\$ Milhões) - Fonte: SGF/SIGEF/Sefaz.

GASTOS COM EDUCAÇÃO

Os gastos municipais com Educação, no período de 2013 a 2019, superaram o índice legal de 25%, alcançando índices históricos nestas aplicações em 2017, com 29,3% das Receitas de Impostos e Transferências. Em 2019, o índice foi de 25,9%.

Na atual administração municipal, foi destinado à área um montante adicional de investimentos de R\$ 482 milhões além do valor constitucionalmente exigido. Durante o ano, 82% das despesas efetuadas com Educação foram compostas por recursos próprios do Município e os outros 18% por recursos oriundos do Fundeb e do FNDE.

GASTOS COM EDUCAÇÃO								
ANO	DESPESAS BRUTA REALIZADA	ÍNDICE CONSTITUCIONAL				ÍNDICE		EXCEDENTE DE APLICAÇÃO
		DESPESA TOTAL APLICÁVEL (A)	DEDUÇÕES EXIGIDAS (B)	DESPESA LÍQUIDA APLICÁVEL (C=A-B)	RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS (D)	ALCANÇADO (C/D)	LIMITE (C/D)	
2012	751	715	139	576	2.528	22,79%	25,0%	-56%
2013	840	811	87	724	2.847	25,44%		13
2014	1.008	960	110	850	3.336	25,48%		16
2015	1.116	1.042	115	927	3.442	26,93%		67
2016	1.211	1.140	130	1.010	3.659	27,61%		95
2017	1.212	1.161	81	1.080	3.685	29,32%		159
2018	1.320	1.234	156	1.079	3.933	27,43%		95
2019	1.417	1.280	192	1.088	4.205	25,87%		37
TOTAL: 2013-2019	8.123	7.629	870	6.758	25.106	-		-

Valores Nominais (em R\$ Milhões) - Fonte: Sistemas SGF/SIGEF/Sefaz

GASTOS COM SAÚDE

Os gastos realizados com Saúde superaram o limite legal durante todos os anos da atual gestão municipal, atingindo, em 2017, o recorde histórico de 19,9% da Receita de Impostos e Transferências, ou seja, quase cinco pontos percentuais acima dos 15% legalmente exigidos. Em 2019, o índice alcançou 19,03%. A superação o índice mínimo constitucional implica que o Sistema Municipal de Saúde Pública de Salvador recebeu, entre 2013 e 2019, um montante adicional de investimentos de R\$ 878 milhões além do valor constitucionalmente exigido. As despesas brutas com Saúde passaram de R\$ 931 milhões, em 2012, para R\$ 1,633 bilhão, em 2019, com média nominal anual de incremento de R\$ 100 milhões.

GASTOS COM SAÚDE									
ANO	DESPESAS BRUTA REALIZADA	ÍNDICE CONSTITUCIONAL					ÍNDICE		EXCEDENTE DE APLICAÇÃO
		DESPESA TOTAL APLICÁVEL (A)	DEDUÇÕES EXIGIDAS (B)	DESPESA LÍQUIDA APLICÁVEL (C=A-B)	RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS (D)	ALCANÇADO (C/D)	LIMITE (C/D)		
2012	932	429	1	428	2.506	17,06%		52	
2013	958	455	0	455	2.824	16,11%		31	
2014	1.092	561	0	561	3.310	16,93%		64	
2015	1.212	637	0	637	3.404	18,71%	15,0%	126	
2016	1.377	687	0	687	3.604	19,07%		147	
2017	1.411	719	0	719	3.617	19,88%		176	
2018	1.560	746	0	746	3.869	19,29%		166	
2019	1.633	787	0	4.137	4.137	19,03%		167	
TOTAL: 2013-2019	9.243	4.593	0	4.593	24.765	-	-	878	

Valores Nominais (em R\$ Milhões) - Fonte: Sistemas SGF/SIGEF/Sefaz

GASTOS COM PESSOAL

Nos Gastos com Pessoal, no período de 2013 a 2019, os índices ficaram abaixo não apenas do limite de alerta previsto na LRF, de 48,6% da Receita Corrente Líquida, mas também dos 44,50% registrados para os mesmos em 2012.

GASTOS COM PESSOAL							
EXERCÍCIO	DESPESA BRUTA COM PESSOAL (A)	ÍNDICE CONSTITUCIONAL					
		DESPESA TOTAL COM PESSOAL (B)	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (C)	ÍNDICE ALCANÇADO (D=B/C)	LIMITE DE ALERTA (D=B/C)	LIMITE PRUDENCIAL (D=B/C)	LIMITE MÁXIMO (D=B/C)
2012	1.924	1.563	3.513	44,50%	48,6%	51,3%	54%
2013	2.197	1.794	4.060	44,19%			
2014	2.312	1.938	4.684	41,36%			
2015	2.599	2.180	4.966	43,90%			
2016	2.655	2.225	5.292	42,05%			
2017	2.685	2.225	5.403	41,19%			
2018	2.694	2.209	5.672	38,94%			
2019	2.808	2.304	6.098	37,79%			

Valores Nominais (em R\$ Milhões) - Fonte: Sistemas SGF/SIGEF/Sefaz

GASTOS COM INVESTIMENTO

Em 2019, houve um salto nos investimentos públicos municipais destinados a obras e a ativos permanentes da cidade. Foram aplicados R\$ 659 milhões, ou seja, 9,3% da Receita Total do Município no ano.

A capacidade de investimento foi ampliada. Os gastos anuais com investimento em Salvador no período de 2013 a 2019 totalizaram, em média, R\$ 370 milhões, representando 6,4% da receita total média anual no período, contra 4,0% no triênio 2010-2012.

INVESTIMENTOS VS. FONTES DE RECURSOS

GASTOS ANUAIS COM INVESTIMENTOS			
ANO	INVESTIMENTO ANUAL (IA)	RECEITA TOTAL ANUAL (RT)	IA/RT (%)
2010	156	2.947	5,3%
2011	99	3.512	2,8%
2012	157	3.836	4,1%
2013	203	4.374	4,6%
2014	413	5.066	8,2%
2015	334	5.435	6,2%
2016	299	5.832	5,1%
2017	245	5.943	4,1%
2018	437	6.448	6,8%
2019	659	7.051	9,3%
2010 A 2012	137	3.432	4,0%
2013 A 2019	370	5.735	6,4%

FONTES DE RECURSOS DOS INVESTIMENTOS					
ANO	INVESTIMENTO REALIZADO	FUNTE DE FINANCIAMENTO			FINANCEAMENTO PRÓPRIO
		CONVÊNIOS	OPERAÇÕES DE CRÉDITOS	PRÓPRIOS	
	(A)	(B)	(C)	(D)	(D/A)
2010	156	68	0	88	56%
2011	99	70	0	30	30%
2012	157	24	3	130	83%
2013	203	2	0	201	99%
2014	413	4	0	409	99%
2015	334	18	6	310	93%
2016	299	60	15	223	75%
2017	245	59	9	176	72%
2018	437	52	162	223	51%
2019	659	57	345	257	39%

Valores Nominiais Empenhados (em R\$ Milhão) - Fonte: Sistemas SGF/SIGEF/Sefaz.

Valores Nominiais Empenhados (em R\$ Milhão) - Fonte: Sistemas SGF/SIGEF/Sefaz.

DÍVIDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO

A Dívida Consolidada (bruta) do município fechou o exercício de 2019 num total de R\$ 1,5 bilhão ante R\$ 2,1 bilhões em 2012. Já a Dívida Consolidada Líquida caiu do patamar de R\$ 1,83 bilhões, em 2012 – 52,1% da Receita Corrente Líquida – para o valor negativo de R\$ 412 milhões, ou seja, – 6,76% da RCL, montante que representa a sobra dos haveres financeiros de que dispõe a Prefeitura de Salvador em relação ao montante da dívida consolidada bruta ao final de 2019.

EM R\$ MILHÕES

ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO						
ANO	DÍVIDA CONSOLIDADA	HAVERES FINANCEIROS	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (A)	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (B)	ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO (%RCL)	
					ALCANÇADO (A/B)	LIMITE (*)
2012	2.105	275	1.829	3.513	52,08%	
2013	2.287	596	1.691	4.060	41,66%	
2014	2.196	773	1.424	4.684	30,39%	
2015	2.133	815	1.318	4.966	26,55%	
2016	1.342	1.044	298	5.292	5,63%	120%
2017	1.215	1.380	-368	5.403	-6,81%	
2018	1.212	1.635	-419	5.672	-7,39%	
2019	1.515	1.927	-412	6.098	-6,76%	

(*) Portaria nº 40/2001 do Senado Federal. - Valores Nominais Empenhados (em R\$ Milhão) - Fonte: Sistemas SGF/SIGEF/Sefaz.

Atualmente, dado o limite legal de endividamento de 120% da RCL, a capacidade de endividamento do Município de Salvador é de R\$ 7,73 bilhões.

EM R\$ MILHÕES

AMORTIZAÇÃO, JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA						
ANO	DESEMBOLSO COM A DÍVIDA			RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (D)	ÍNDICE DE DESEMBOLSO (%RCL)	
	JUROS E ENCARGOS (A)	AMORTIZAÇÃO (B)	TOTAL (C=A+B)		ALCANÇADO (C/D)	LIMITE (*)
2012	69	138	207	3.513	5,9%	
2013	70	178	248	4.060	6,1%	
2014	68	98	166	4.684	3,6%	
2015	71	123	194	4.966	3,9%	
2016	11	108	119	5.292	2,3%	11,5%
2017	7	114	121	5.403	2,2%	
2018	17	115	133	5.672	2,3%	
2019	32	143	176	6.098	2,9%	

(*) Portaria nº 43/2001 do Senado Federal. - Valores Nominais Empenhados (em R\$ Milhão) - Fonte: Sistemas SGF/SIGEF/Sefaz.

O índice relativo aos desembolsos com o pagamento de amortização, juros e encargos incidentes sobre a dívida caiu progressivamente de 5,9% da RCL, em 2012, para 2,9% em 2019. Como o limite legal para estes desembolsos é de 11,5% da RCL, o Município encontra-se capacitado a comprometer adicionalmente com o pagamento de novas dívidas (principal e encargos) até 8,6% da sua receita corrente líquida, ou seja, R\$ 524 milhões por ano no cenário de 2019.

CAPACIDADE DE PAGAMENTO (CAPAG)

A CAPAG, indicador criado em 2017 pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) do Ministério da Economia, mede a capacidade dos estados e municípios de honrarem suas dívidas e compromissos financeiros.

A aprovação na CAPAG credencia o Município a receber a garantia da União em operações de crédito

internas e externas e também é um atestado de boa gestão das contas públicas.

A aprovação de Salvador na CAPAG de 2020 está assegurada, pois os resultados fiscais alcançados nesse último exercício garantem Conceito A nos índices de Endividamento e de Liquidez e Conceito B na Poupança Corrente.

AVALIAÇÃO EXTERNA DA GESTÃO FISCAL

A avaliação efetuada pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan) mede e classifica a performance fiscal anual de todos os municípios brasileiros desde 2006, na forma do Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF). A aferição se baseia em indicadores de autonomia financeira, rigidez orçamentária, saldo das disponibilidades líquidas de caixa frente aos restos a pagar inscritos no ano anterior e capacidade de investimentos do município.

As notas para cada indicador variam de zero a um e cada um deles tem peso de 25% para se chegar ao valor do IFGF. Com base nos resultados obtidos, os municípios são classificados por terem uma Gestão Fiscal de Excelência (IFGF superior a 0,8), uma Boa Gestão Fiscal (IFGF maior que 0,6 e menor que 0,8), uma Gestão Fiscal em Dificuldade (IFGF entre 0,4 e 0,6) e Gestão Fiscal Crítica (IFGF menor que 0,4).

Na edição 2019 do IFGF, relativa ao exercício 2018, Salvador aparece como a primeira capital do país em desempenho fiscal, com um IFGF de 0,8621 e sendo a única capital a obter a nota máxima de 1 em três dos quatro indicadores componentes do IFGF, ficando, com 0,4485, na 9ª posição no indicador de Investimentos.

Mais do que isto, impõe-se salientar o fato de que esses resultados colocam Salvador no seletor grupo de apenas 4% dos municípios brasileiros com Gestão Fiscal de Excelência.



EDIÇÃO 2019 DO IFGF
SALVADOR 1ª
CAPITAL DO PAÍS
EM DESEMPENHO FISCAL

NOTA
MÁXIMA
EM 3 DOS
4 INDICADORES
DO IFGF



GRUPO SELETO
GESTÃO
FISCAL
DE EXCELÊNCIA

Salvador ocupava a 24ª posição entre as 26 capitais brasileiras em 2012. A partir de 2013, passou a evoluir em sua trajetória, quando ocupou o 13º posto, passando para a 5ª posição, em 2014, para a 3ª, em 2015, 4ª, em 2016, 2ª em 2017 até atingir a primeira colocação do ranking nacional das capitais em 2018.

IFGF 2019 ANO-BASE 2018 RANKING DAS CAPITAIS								
RANKING IFGF GERAL		UF	MUNICÍPIO	IFGF	AUTONOMIA	GASTOS COM PESSOAL	LIQUIDEZ	INVESTIMENTOS
NACIONAL	ESTADUAL							
88º	1º	BA	Salvador	0,8621	1,0000	1,000	1,0000	0,4485
108º	1º	AC	Rio Branco	0,8450	1,0000	0,9188	1,000	0,5655
207º	1º	AM	Manaus	0,8022	1,0000	0,9166	0,6281	0,6642
240º	1º	CE	Fortaleza	0,7889	1,0000	0,8523	0,8716	0,4319
260º	3º	ES	Vitória	0,7825	1,0000	1,0000	0,7889	0,3411
305º	60º	PR	Curitiba	0,7692	1,0000	1,0000	0,9449	0,1321
373º	1º	RR	Boa Vista	0,7544	0,5234	0,8147	1,0000	0,6794
447º	68º	SP	São Paulo	0,7371	1,0000	1,0000	0,6596	0,2888
476º	36º	MG	Belo Horizonte	0,7131	1,0000	1,0000	0,6114	0,3137
680º	9º	TO	Palmas	0,6951	0,8863	0,6822	0,6400	0,5718
722º	3º	PE	Recife	0,6886	1,0000	0,7226	0,5605	0,4715
840º	1º	PB	João Pessoa	0,6715	1,0000	0,5449	0,9023	0,2389
1092º	15º	PI	Teresina	0,6375	1,0000	0,5958	0,4799	0,4742
1101º	39º	GO	Goiânia	0,6359	1,0000	0,9520	0,4676	0,1238
1118º	2º	SE	Aracaju	0,6338	1,0000	0,3065	1,0000	0,2288
1166º	1º	AP	Macapá	0,6275	0,5288	0,5596	1,0000	0,4214
1367º	238º	RS	Porto Alegre	0,6034	1,0000	0,6002	0,4933	0,3201
1457º	202º	SC	Florianópolis	0,5943	1,0000	0,4056	0,4556	0,5161
1860º	8º	AL	Maceió	0,5501	0,6608	0,8438	0,6018	0,0941
1868º	18º	RO	Porto Velho	0,5491	0,6220	0,5609	0,7444	0,2693
1953º	18º	PA	Belém	0,5409	1,0000	0,5970	0,0000	0,5667
1955º	39º	MS	Campo Grande	0,5408	1,0000	0,3535	0,4228	0,3869
2083º	12º	RN	Natal	0,5277	1,0000	0,5846	0,4656	0,0604
2363º	101º	MT	Cuiabá	0,4931	1,0000	0,4023	0,0000	0,5702
2979º	60º	RJ	Rio de Janeiro	0,4227	1,0000	0,4559	0,0000	0,2349
3554º	53º	MA	São Luís	0,3582	1,0000	0,2558	0,0000	0,1770

INCENTIVOS FISCAIS

O equilíbrio fiscal possibilitou a implementação de vários programas de incentivos fiscais, voltados para a promoção do desenvolvimento econômico e urbanístico e à desoneração.

Exemplo dessas iniciativas são o Programa de Incentivo ao Desenvolvimento e à Inovação (PIDI), o IPTU VERDE, a desoneração fiscal para povos e comunidades

de terreiros, redução de tributos para clubes sociais, recreativos e desportivos, desoneração tributária para programas habitacionais de interesse social, redução tributária para terrenos em áreas de proteção ambiental (APA), redução tributária para terrenos com construção em andamento, benefícios fiscais a centros de conexões de voos – HUB, Programa Revitalizar, Salvador 360, isenção do IPTU e da TRSD para imóveis residenciais de valor venal de até R\$ 99.755,52 (referência 2019), Viva Cultura e IPTU Amarelo.

Em 2019, além das iniciativas já existentes de incentivos fiscais, foram implementados novos programas como a redução tributária para terrenos que possuam cobertura vegetal de Mata Atlântica em estágio médio ou avançado de regeneração, o incentivo à doação para o Fundo Municipal de Recursos Para o Meio Ambiente (FMMA), isenção de ISS e TRCF para as empresas de transporte coletivo municipal, isenção de IPTU para templos religiosos, além do PROTURISMO, que estimula a requalificação da infraestrutura e modernização dos serviços de hospedagem da rede hoteleira através da isenção de até 40% do IPTU e desconto de até 100% em multas e encargos de dívidas tributárias municipais.

ALCANCE DOS ATUAIS BENEFÍCIOS DO IPTU

873.047
CONTRIBUINTES DO IPTU

911
ISENÇÕES VOLUNTÁRIAS E
IMUNIDADES CONSTITUCIONAIS

250.008
ISENÇÕES POR VALOR VENAL
(ABAIXO DE R\$ 99.755,52)

28,84%
PERCENTUAL DAS ISENÇÕES E
IMUNIDADES SOBRE O TOTAL

250.919
TOTAL DE ISENÇÕES E IMUNIDADES

**OUTRAS AÇÕES****Contratação com BNDES do Programa PMAT**

A Sefaz, conjuntamente com a Casa Civil, contratou financiamento junto ao BNDES, no valor de R\$ 50,8 milhões, destinado à Modernização da Administração Tributária Municipal, que abrange, além da Sefaz, a Semge, a PGMS e a Sedur. O contrato conta com uma contrapartida do Município no valor de R\$18,2 milhões,

totalizando investimentos da ordem de R\$ 69 milhões, com carência de 24 meses e prazo de amortização de 96 meses.

O quadro a seguir demonstra os valores atualizados até a quarta revisão de projetos, por macroação, incluindo a utilização do resgate de aplicação financeira, e sua execução físico-financeira até dezembro de 2019.

QUADRO RESUMO PMAT POR MACROAÇÃO E EXECUÇÃO

ITEM	VALOR ATUAL	VALOR EXECUTADO	EXECUÇÃO FINANCEIRA	EXECUÇÃO FÍSICA
Sistemas	19.948.619	17.186.592	86%	87%
Equipamentos e outros TIC	14.310.370	10.035.670	70%	75%
Consultoria e Serviços	27.150.327	14.260.334	53%	53%
Adequação das Instalações Físicas	8.848.341	8.018.699	91%	92%
TOTAL	70.257.656	49.501.294	71%	72%

A partir de julho de 2015 foram realizados nove depósitos pelo BNDES, totalizando R\$ 40 milhões, os quais, somados a R\$ 14,7 milhões da Contrapartida do Município, concretizaram a disponibilização de R\$ 54,7 milhões para a execução do projeto até o final de 2019.

CONTRATAÇÃO COM A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – PNAFM III

Modernização da Gestão Fiscal

O Projeto para Modernização da Gestão Fiscal do Município, no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros (PNAFM III), foi objeto de contrato de financiamento entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a União.

O Município firmou com a Caixa Econômica Federal um empréstimo no valor de R\$ 35 milhões para a execução através da Sefaz. O projeto contará com uma contrapartida municipal de 10% do valor do empréstimo, pelo que o montante global a ser aplicado em suas ações será de R\$ 3,888 milhões.

As ações e produtos a serem obtidos e seus valores estimados são:

AÇÃO/PRODUTO	VALOR
Modernização da Gestão Fiscal	38.888.000,00
Atualização do Cadastro Imobiliário e Base de Endereçamento Fiscal	11.848.742,00
Novo Sistema de Administração Tributária	13.938.000,00
Gestão Tributária/Fiscal	3.350.000,00
Gestão da Dívida/Cobrança Administrativa	5.000.000,00
Solução de Inteligência Fiscal	4.451.258,00
Capacitação	300.000,00

AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO

As ações de fiscalização empreendidas em 2019 tiveram como alvo 2.757 estabelecimentos prestadores de serviços, em dois terços dos quais (67%) foram detectadas situações de irregularidades. Deste trabalho resultou a emissão de 1.812 Notificações Fiscais de Lançamento/Autos de Infração, no valor total de R\$ 148,7 milhões, dos quais R\$ 3,3 milhões foram recolhidos e R\$ 6,7 milhões parcelados,

estando o restante em diversas fases de processamento, diligências e julgamento de impugnação.

A implantação do Bilhete Eletrônico (BE) se tornou obrigatória para todos os eventos culturais, esportivos, musicais e de feiras e exposições, bem como de desfiles carnavalescos e congêneres. Como resultado, dos R\$ 7,4 milhões de ISS arrecadados em 2019 deste tipo de atividade, R\$ 7,2 milhões foram originados

pelo BE, isto é 89% a mais do que em 2018, quando ficou em R\$ 3,8 milhões.

Quanto ao valor adicionado (VA) para definição do montante do repasse do ICMS pelo Estado da Bahia ao Município do Salvador, o valor apurado em 2019, relativo ao ano-base de 2018, teve um acréscimo de 1,78% em relação ao apurado em 2018 (ano-base 2017), passando de R\$ 22,3 bilhões para R\$ 22,7 bilhões.

BENS IMÓVEIS MUNICIPAIS

O gerenciamento do uso dos imóveis municipais é uma fonte de receita para o município. De 2013 a 2019, o uso desses bens, em suas diversas formas, foi responsável pela arrecadação de R\$ 46,22 milhões.

DESAPROPRIAÇÃO DE ÁREAS PARA USO DO MUNICÍPIO

Nos anos de 2015 a 2019, foram realizadas 5.141 vitórias em áreas de interesse da Prefeitura, delas resultando 173 processos de pagamento de indenização. As áreas desapropriadas pelo Município são destinadas à implementação de relevantes projetos de proteção social e ambiental.

IMPUGNAÇÕES AOS LANÇAMENTOS DE IPTU/TRSD

Em 2019, foram registrados 2.688 processos de impugnações aos lançamentos de IPTU/TRSD. Desde a implantação da nova Planta Genérica de Valores em 2014, quando ocorreram 15.284 processos, houve uma redução de 83%.

O total acumulado entre 2014 e 2019 foi de 40.302. Destes, 35.097 tiveram sua análise concluída, 1.634 foram cancelados e 3.571 encontram-se em processo de análise.

DESENVOLVIMENTO DO DATA MART DO TESOURO

Em 2019 foram desenvolvidos novos painéis do projeto de Data Mart do Tesouro, que permite armazenar e modelar as informações orçamentárias e financeiras na base de dados do SIGEF para utilização por ferramenta de Business Intelligence (BI), auxiliando o acompanhamento e a tomada de decisões gerenciais praticamente em tempo real pelos gestores das finanças municipais.

Entre os novos painéis implementados estão o do Gestor, do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) e o relatório de Gestão Fiscal (RGF). O primeiro possibilita aos demais órgãos da Prefeitura o acesso às informações orçamentárias e fiscais, incluindo módulos de Balanço e Execução Orçamentária, Contratos, Custeio, Fornecedores, Prestação de Contas das Operações de Crédito e Restos a pagar.

O RREO sistematiza as informações fiscais exigidas bimestralmente pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), enquanto o RGF reúne as informações fiscais exigidas quadrimestralmente pela LRF. Além desses foi desenvolvido um conjunto de outros aplicativos gerenciais, de abrangência temática para atender às demandas do Portal Transparência Salvador, da Controladoria Geral do Município, do Tribunal de Contas dos Municípios, da Câmara Municipal de Salvador, da Secretaria do Tesouro Nacional e do sistema de elaboração e execução da legislação orçamentária municipal.

CONSELHO MUNICIPAL DE TRIBUTOS – CMT

O Conselho Municipal de Tributos, em 2019, pautou 653 processos nas Câmaras Julgadoras.

Destes, 510 foram julgados procedentes, 21 improcedentes, quatro nulos, 42 encontram-se em diligência, 50 em reabertura de instância e 26 foram retirados de pauta ou adiados.

PROJETOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Em 2019 foram desenvolvidos novos aplicativos como o Portal Web da Sefaz em dispositivos móveis, o Pague Fácil e o Cadastro de Condomínios (CADCON). O novo portal da Sefaz foi desenvolvido para ser acessado também por dispositivos móveis. Já o Pague Fácil permite ao contribuinte a consulta a todos os débitos já vencidos, pagos e vincendos no exercício, emissão de DAM, pagamento online inclusão ou exclusão de débitos em débito automático, entre outros.

O sistema Cadastro de Condomínios permite identificar as inscrições imobiliárias pertencentes a um mesmo condomínio edilício. Isso possibilitará, a partir de um mesmo padrão construtivo, estabelecer um mesmo valor venal, além de mapear os condomínios do Município.

MAPEAMENTO CARTOGRÁFICO DIGITAL DO MUNICÍPIO

O projeto tem o objetivo de prover o Município de Salvador de um conjunto de dados cartográficos atualizados para a geração de informações georreferenciadas. É composto pela base cartográfica digital de alta qualidade e o sistema corporativo de informações geográficas para

processamento de dados espaciais, geração e disponibilização de bases para uso dos gestores e do Cidadão.

BASE CARTOGRÁFICA

Os primeiros produtos – imagens aéreas digitais de altíssima qualidade – foram tornados públicos no site: www.cartografia.salvador.ba.gov.br, em 2018. O site foi atualizado em 2019 com a inclusão dos dados geoespaciais matriciais – Ortoimagem e Rede de Referência Cadastral do Município (RRCM), incluindo Nuvem de pontos LIDAR Classificada, Modelo Digital de Superfície (MDS), Modelo Digital de Terreno (MDT) – Lote 1-3 – e Conjunto de Dados Geoespaciais Vetoriais (CDGV).

Os dados geoespaciais, em 2019, foram utilizados pelos usuários principalmente para estudos e projetos de pesquisa e desenvolvimento, atualização cartográfica, topografia e engenharia e arquitetura.

SISTEMA CORPORATIVO DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS

O Sistema de Informações Geográficas, que substituirá o Mapa Digital, teve a sua primeira versão, chamada “Alfa 0”, entregue em outubro e homologada em dezembro de 2019. Nesta versão, todas as bases de dados georreferenciados projetadas para compor o SIG já estão disponibilizadas, mas as funcionalidades nela presentes são apenas as gerais, comuns a todos os módulos temáticos, como Manipulação de mapa, troca de mapas-base, pesquisa de endereços da base da Sedur, pesquisa de quaisquer outros dados das demais bases de dados.

Estas pesquisas podem cruzar dados alfanuméricos com dados espaciais, obtenção de

informações de objetos no mapa, personalização de exibição e de rótulos das camadas, medição de áreas e extensões, filtragem de dados, geração de arquivos de dados e desenho de polígonos e textos personalizados.

A versão “Alfa 1” deverá ser disponibilizada até o final de janeiro de 2020, já contendo o primeiro Módulo Temático “Endereçamento”, camada esta que será administrada pela Sedur.

O SIG abrigará as principais bases da Prefeitura como endereçamento (Logradouros, Numeração Métrica e Sequencial), transações imobiliárias, ITIV e Avaliações Especial de Imóveis, Patrimônio Imobiliário Público Municipal, meio ambiente, licenciamentos, fiscalizações, estações rádio-base (celular) e acervo de loteamentos, projetos urbanísticos e levantamentos topográficos, educação, saúde, trânsito e transporte público, cadastro imobiliário/mobiliário, registros de imóveis (matrículas) e manutenção da infraestrutura urbana.

O SIG também abrigará outras importantes bases de dados georreferenciados da própria Prefeitura, tais como as cartografias de 1992 a 2017, com ortofotos de 2006, 2010 e 2017 e dados geográficos de uso comum, como logradouros, inscrições imobiliárias, bairros de acordo com a lei 9278/2017, setores fiscais de 2018 e parcelamentos, dentre outras bases de dados que são imprescindíveis à análise e instrução de processos. Também conterà bases de dados de instituições de fora da Prefeitura, a exemplo da Embasa, Correios, Conder, Bahiagás e Superintendência do Patrimônio da União.

CONTROLE FISCAL ELETRÔNICO

O projeto Controle Fiscal Eletrônico inclui a incorporação de tecnologia de cruzamento de bases de dados próprias e externas ao município, com efeitos concretos na apuração de eventuais débitos não declarados e na higienização dos Cadastros de Contribuintes e da Dívida Ativa.

CADASTRO IMOBILIÁRIO

Neste projeto já foram padronizados dados de mais de 300 mil inscrições imobiliárias, com atualização e inclusão de dados, incluindo CPF e logradouros ausentes.

Através do Decreto nº 31.232/2019 foram regulamentados os procedimentos de saneamento do cadastro e dos créditos, tributários ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa, em cobrança administrativa ou judicial. Como desdobramento desse Decreto, foi publicada a Portaria Sefaz nº 85/2019, criando grupo de trabalho e detalhando os procedimentos para o saneamento e regularização dos Cadastros Mobiliário e Imobiliário do Município.

GESTÃO CONTÁBIL PARA GOVERNANÇA

Voltado para atender às normas da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), este projeto, visa garantir uma melhor qualidade na prestação de contas do Município e colocar seu controle patrimonial nivelado com as práticas adotadas atualmente pelo mercado. Já foram implementadas a integração do SIGEF – Sistema de Gestão Orçamentária e Financeira do Município com o SICONFI, da STN – Secretaria do Tesouro Nacional, e com o SIGP – Sistema de Gestão de Pessoas da Prefeitura, para liquidação automática da folha de pagamento dos servidores ativos e inativos.

RESTITUIÇÃO RÁPIDA

O projeto Restituição Rápida busca reduzir o prazo de tramitação dos processos administrativos referentes a restituição de valores relativos a pagamentos efetuados a maior ou indevidamente pelos contribuintes. Em 2019, o tempo médio de atendimento alcançou 21 dias, superando a meta de 30 dias estabelecida no Planejamento Estratégico.



PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR

Antonio Carlos Peixoto de Magalhães Neto
Prefeito

Bruno Soares Reis
Vice-prefeito e Secretário Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas (Seinfra)

Kaio Vinícius Moraes Leal
Chefe de Gabinete do Prefeito

Luiz Antônio Vasconcellos Carreira
Chefe da Casa Civil

Paulo Ganem Souto
Secretário Municipal da Fazenda (Sefaz)

Leonardo Silva Prates
Secretário Municipal da Saúde (SMS)

Bruno Oitaven Barral
Secretário Municipal da Educação (Smed)

Thiago Martins Dantas
Secretário Municipal de Gestão (Semge)

Felipe Lucas de Lima e Silva
Secretário Municipal de Ordem Pública (Semop)

Fábio Rios Mota
Secretário Municipal de Mobilidade (Semob)

José Sérgio de Sousa Guanabara
Secretário Municipal de Desenvolvimento e Urbanismo (Sedur)

Ana Paula Andrade Matos Pereira (interina)
Secretária Municipal de Promoção Social e Combate à Pobreza (Sempre)

Cláudio Tinoco Melo de Oliveira
Secretário Municipal de Cultura e Turismo (Secult)

Ivete Alves do Sacramento
Secretária Municipal da Reparação (Semur)

André Moreira Fraga
Secretário Municipal da Cidade Sustentável e Inovação (Secis)

Alberto Magalhães Pimentel Júnior
Secretário Municipal de Trabalho, Esportes e Lazer (Semtel)

Virgílio Teixeira Daltro
Secretário Municipal de Manutenção da Cidade (Seman)

Rogéria de Almeida Pereira dos Santos
Secretária Municipal de Políticas para Mulheres, Infância e Juventude (SPMJ)

José Pacheco Maia Filho
Secretário Municipal de Comunicação (Secom)

Luciana Rodrigues Vieira Lopes
Procuradora-geral do Município (PGMS)

Humberto Rodrigues Viana Júnior
Ouvidor-geral do Município (OGM)

Maria Rita Góes Garrido
Controladora-geral do Município (CGM)

Marcílio de Souza Bastos
Presidente da Companhia de Desenvolvimento Urbano de Salvador (Desal)

Alberto Vianna Braga Neto
Presidente da Companhia de Governança Eletrônica de Salvador (Cogel)

Marcus Vinicius Passos Raimundo
Presidente da Empresa de Limpeza Urbana de Salvador (Limpurb)

Isaac Chaves Edington
Presidente da Empresa Salvador Turismo (Saltur)

Tânia Maria Scofield de Souza Almeida
Presidente da Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF)

Gabriela Macêdo da Silva
Presidente da Fundação Cidade Mãe (FCM)

Fernando Ferreira de Carvalho
Presidente da Fundação Gregório de Mattos (FGM)

Antônio Almir Santana Melo Júnior
Presidente da Agência Reguladora e Fiscalizadora dos Serviços Públicos de Salvador (Arsal)

Fabrizio Müller Martinez
Superintendente de Trânsito do Salvador (Transalvador)

Jessé Motta Carvalho Filho
Superintendente de Obras Públicas do Salvador (Sucop)

Luiz Antônio Galvão da Silva Gordo
Diretor-geral das Prefeituras-Bairro (DGPB)

Maurício Rosa Lima
Diretor-geral da Guarda Civil Municipal de Salvador (GCMS)

Sóstenes Tavares de Almeida Macedo
Diretor-geral da Defesa Civil (Codesal)

COORDENAÇÃO DO RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2019

Luiz Antônio Vasconcellos Carreira
Chefe da Casa Civil

Moisés de Oliveira Andrade Júnior
Subchefe da Casa Civil

Renata Guimarães Camelyer
Coordenação Técnica

Cássia Geraldi Montenegro
Jornalista responsável (MTB 1052)

Igor Santos
Fotos Secom



SALVADOR
PREFEITURA

PRIMEIRA CAPITAL DO BRASIL